

# PRECARIIDADES NAS POLÍTICAS DE SAÚDE E SANEAMENTO EM TERRAS GUARANI DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS

Maria Betânia Guerra Duarte<sup>1</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Trata-se de levantamento do impacto das medidas adotadas no enfrentamento da pandemia do Covid-19 frente aos povos indígenas e comunidades tradicionais. O objetivo é acompanhar o cumprimento da política indigenista destinada à proteção da saúde dos Povos Indígenas, em razão da pandemia mundial provocada pelo novo coronavírus (Covid-19), conforme declaração de emergência em saúde pública de importância internacional, da Organização Mundial da Saúde, e a declaração de emergência em saúde pública de importância nacional.

A presente demanda solicita como produto a elaboração de peça técnica por cada um dos Peritos em Antropologia do Ministério Público Federal (MPF), tendo em vista a experiência profissional e histórica com grupos étnicos específicos que podem ser afetados pela expansão da pandemia causada pela doença Covid-19.

## 2. METODOLOGIA

No caso em tela, os grupos escolhidos foram os Guarani do Estado do Rio de Janeiro, que acompanhamos há 25 anos, atuando no Ministério Público Federal na fiscalização às políticas públicas para indígenas, em subsídio à atuação de Procuradores da República.

O recorte adotado consistiu, portanto, em focar a área etnográfica que compreende as terras indígenas Guarani localizadas nos Municípios de Angra dos Reis,

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Laboratório de Estudos da Imagem e do Olhar da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e desde 1995 trabalha como Perita em Antropologia do Ministério Público Federal nas seguintes áreas: educação, cidadania, conflitos socioambientais, direitos indígenas e de comunidades tradicionais.

Maricá e Paraty, de competência das Procuradorias da República nos Municípios de Angra dos Reis e Niterói.

A pesquisa envolveu as seguintes Terras Indígenas (TIs): a) Em Paraty: Terra Indígena Araponga (regularizada); Terra Indígena Itaxi mirim – Paraty-mirim (regularizada); Terra Indígena Rio Pequeno (não regularizada); b) Em Angra dos Reis: Terra Indígena *Sapukai* (regularizada); c) Em Maricá: Terra Indígena *Ara Hovy* (não regularizada); Terra Indígena Mata Verde Bonita (não regularizada).

As entrevistas foram realizadas com, pelo menos, uma liderança indígena de cada uma das seis comunidades escolhidas, representantes da SESAI e da FUNAI no Estado e outros atores sociais envolvidos nas políticas públicas de saúde indígena.

Entrevistadas as lideranças indígenas: Vice-Cacique Nino Benite, da T.I. Araponga; Vice-Cacique Eva Benite, da T.I. *Itaxi-mirim*; Vice-Cacique Neusa Kunhã Martine, da T.I. Rio Pequeno; Cacique Domingos Benite, da T.I. *Sapukai*; Cacique Félix Karáí Brisuela e Professor Vanderlei da Silva, da T.I. Ara Hovy; e Cacique Jurema Nunes de Oliveira, da T.I. Mata Verde Bonita. Entrevistados os não indígenas: Cleber dos Santos, Chefe do Polo Base de Saúde Indígena de Angra dos Reis/Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI); Cristino Cabreira Machado, Chefe da Coordenação Técnica Local da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e Andrey Cardoso, médico e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Contactados representantes do Conselho Estadual de Direitos Indígenas do Rio de Janeiro (CEDIND/RJ), em busca de informações adicionais.

No limite das possibilidades do trabalho de campo realizado virtualmente, em função do isolamento social e do teletrabalho impostos pela pandemia, a pesquisa baseou-se na leitura de documentos oficiais, legislação, notícias, bibliografia e outros, bem como na *expertise* da Perita signatária e na realização de entrevistas semiestruturadas.

As etapas da perícia, realizada em regime de teletrabalho, compreenderam:

1. Pesquisa e leitura de *sites*, notícias, documentos, legislação, pareceres, bibliografia e outros para compreensão do tema.
2. Trabalho de campo.

- Elaboração da forma de contato virtual a ser estabelecida e perguntas.
- Contatos pelo WhatsApp ou por telefone com lideranças indígenas, (Caciques, Vice-Caciques, Conselheiros de saúde indígenas, Agentes de saúde indígenas), representantes da FUNAI, do Polo Base e outros.
- Recebimento das respostas, *feedbacks* e esclarecimento de dúvidas, em diálogo permanente e contínuo com os atores sociais indicados.

3. Reuniões periódicas com antropólogos da Assessoria Nacional de Perícia em Antropologia da SPPEA/PGR.

4. Sistematização dos dados, elaboração e redação do relatório, formatação e entrega.

A etapa 1 foi permanente e contínua, uma vez que informações sobre o tema se atualizavam diariamente.

Como dito acima, foram tomados como foco desta perícia os Guarani do Estado do Rio de Janeiro pela rede de comunicação existente entre eles e a Perita signatária, construída ao longo dos anos de trabalho pelo Ministério Público Federal nessas comunidades, em diligências às aldeias, participação em assembleias indígenas e acompanhamento de políticas públicas.

As técnicas de comunicação e métodos de abordagem no trabalho de campo nesse contexto da pandemia foram diversos: entrevistas por mensagens escritas e em áudio por meio do aplicativo *WhatsApp*, videoconferência, troca de e-mails e ligação telefônica, de acordo com a preferência dos envolvidos. Nesse período demonstrou-se muito proveitosa a participação em redes sociais afetas às questões indígenas no Estado do Rio de Janeiro e em *lives* promovidas pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que nos permitiram receber notícias atualizadas e ficar a par das discussões relevantes, bem como obter documentos, vídeos e imagens.

Essa maneira de realizar trabalho de campo a distância se fez necessária devido ao isolamento social, como dissemos. De certa forma, quebra um dos paradigmas da Antropologia, que é a realização de pesquisa *in loco*. Neste cenário, o aparelho celular figurou

como instrumento de coleta imprescindível e o aplicativo *WhatsApp* como primordial para o estabelecimento de contatos, ficando a todo tempo o celular disponível para atendimento.

Em um espectro mais amplo, outros peritos em Antropologia do Ministério Público Federal também desenvolveram, concomitantemente, levantamentos e pesquisas em seus respectivos Estados e realidades conhecidas, sobre o impactos das medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à Covid-19 em povos indígenas.

Desse modo, foi muito rica a troca com os colegas do MPF durante este trabalho de campo realizado a distância, sobre questões teórico-metodológicas, escolhas, uso de ferramentas e repasse de informações. A pesquisa a distância, entretanto, tem suas limitações, como bem destacou o antropólogo Marcos Homero Ferreira Lima, que desenvolveu sua pesquisa relacionada ao tema junto às comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul.

Segundo Lima, os números de telefones informados nem sempre estavam atualizados, requerendo um trabalho extra, de busca dos contatos. Outrossim, na maioria das comunidades o sinal de celular era precário e por vezes ficava indisponível<sup>2</sup>. O antropólogo destacou ainda certa dificuldade dos indígenas no uso de novas tecnologias em alguns casos e a preferência de respostas por mensagens de áudio, devido à tradição oral dos povos indígenas. As observações do antropólogo aplicam-se ao nosso levantamento e a outras realidades do país. Esta única forma possível de fazer pesquisa no momento da pandemia – a distância – foi um desafio inédito para os Peritos em Antropologia do MPF.

### 3. PERGUNTAS ORIENTADORAS

A partir dos quesitos encaminhados pela 6a. Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e pela Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise/PGR, foram repensadas coletivamente perguntas orientadoras para o levantamento, reelaboradas pela Perita signatária no sentido de adaptá-las ao contexto das comunidades Guarani do Estado do Rio de Janeiro.

---

2 Laudo Técnico 820/2020 – Autos 1.00.000.006766/2020-02. Assunto: Ações relacionadas à saúde indígena no contexto da COVID-19 em Terras Indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul. Responsável: Marcos Homero Ferreira Lima. Guia 754/2020 (Etiqueta PGR-00151301/2020).

Essas perguntas representaram um norte para a pesquisa, sem que houvesse a obrigatoriedade de serem respondidas em sua totalidade, assim como os quesitos – de acordo com o que nos foi explicado pelo demandante e pela própria Chefia da Assessoria Nacional de Antropologia/SPPEA/PGR. O principal objetivo, segundo eles, seria ouvir as comunidades, em uma abordagem antropológica.

Perguntas:

Para as comunidades: a) Há especificidades culturais e epidemiológicas dos Guarani a se levar em consideração diante dos riscos representados pela pandemia de COVID-19? Considera que as pessoas da sua comunidade têm informações suficientes sobre o coronavírus? A sua comunidade já recebeu algum material informativo sobre o coronavírus? Como têm adquirido informações sobre a doença? A comunidade tem feito alguma atividade coletiva/se reunido desde o início da epidemia do coronavírus? A comunidade adotou alguma providência nestas reuniões para evitar a contaminação? Já houve alguma orientação da SESAI ou FUNAI sobre os riscos de dividir objetos (cuia, utensílios para alimentação ou *pitanguá*) durante a pandemia? As pessoas de sua comunidade têm ido para a cidade? Se sim, para fazer o que? b) Seria possível elencar medidas emergenciais ou um plano de contingência para mitigar os efeitos do COVID-19 para os Guarani? Que providências os órgãos públicos – SESAI, FUNAI, Prefeitura e Governo do Estado - adotaram para evitar que o coronavírus se espalhe? A equipe multidisciplinar tem ido na sua aldeia? Com que regularidade? E o representante da FUNAI? Se alguém da sua comunidade se contaminar, há espaço para essa pessoa ficar isolado das outras pessoas? Há lugar para fazer a quarentena na aldeia? Já aconteceu suspeita de algum indígena infectado em sua aldeia? Em caso positivo, o que a comunidade fez? Na sua opinião, as equipes de saúde têm tomado cuidados especiais: utilização de luva e máscaras? Utilização de álcool em gel? Qual é a previsão de vacinação contra a gripe na sua aldeia? c) e d) Quais ações e medidas as comunidades estão tomando para prevenção e enfrentamento da pandemia de COVID-19? As lideranças, agentes de saúde, agentes sanitários e demais representantes indígenas das comunidades Guarani têm participado da elaboração e execução dessas ações? O que a sua comunidade tem feito para se prevenir do coronavírus? Que iniciativas existem? Estão sendo tomadas medidas de controle de acesso de pessoas de fora em sua comunidade? Como isso tem sido? Como os agentes de saúde de sua comunidade têm contribuído para combater o

coronavírus? Os agentes de saúde de sua comunidade receberam algum treinamento especial direcionado para a prevenção do coronavírus? A comunidade já elaborou algum plano para enfrentar o problema? Existe um plano de emergência para uma situação de crise? Já debateu com a SESAI e a FUNAI, ou com a Secretaria de Saúde? A comunidade recebeu materiais de higiene? e) Avalie as medidas necessárias para o abastecimento alimentar, tendo em vista a ausência de fluxo de pessoas e a dinâmica de circulação de alimentos por parte dos grupos afetados. Os membros da comunidade têm saído para comprar alimentos na cidade? A sua comunidade já recebeu cestas básicas? Quantas, quem enviou? Na sua opinião, quando as cestas foram distribuídas foram tomados cuidados para que não houvesse contaminação? Por exemplo: distância entre as pessoas na fila? A utilização de máscaras, álcool, luvas pela equipe que distribui as cestas? Que iniciativas existem para o sustento das famílias durante a epidemia, seja por parte das comunidades ou de outros órgãos, ONGs, pessoas etc? Os alimentos que seriam designados para as merendas escolares continuam sendo comprados e distribuídos? Existe compra para a escola dos alimentos produzidos pelos Guarani através do Programa Nacional de Alimentação Escolar? f) Como ocorre habitualmente acesso ao CadÚnico? Sabe informar se todos os indígenas de sua comunidade são cadastrados no CadÚnico? Há dificuldades para o cadastramento? Há dificuldades para o recebimento de benefícios? Que iniciativas existem para o recebimento de benefícios? g) Políticas públicas Situação do posto de saúde durante a epidemia? Situação da escola durante a epidemia? Como está a situação da água e saneamento básico em sua comunidade? Tem havido problemas com o transporte da SESAI? h) outras reivindicações que considere necessárias para a prevenção do coronavírus nas aldeias Guarani do Estado do Rio de Janeiro.

Para a FUNAI e o Polo Base i) Estão sendo implementadas as medidas do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) nos povos Guarani no Estado do Rio de Janeiro na área do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI)? Há algum plano de contingência específico na região para tratamento e prevenção do Covid-19? Quais as comunidades atendidas? Houve alguma restrição superior para atendimento a terras não demarcadas ou tituladas? Houve alguma ação para fornecer alimentos e materiais de higiene para as comunidades? Se sim, quando e como foi? Há algum plano de monitoramento às comunidades, para garantir que casos suspeitos sejam imediatamente afastados? Há condições de testar imediatamente os casos suspeitos? Quais são as estratégias adotadas para evitar o descolamento para as cidades (o que pode acontecer

para recebimento de benefícios sociais, ou para aquisição de alimentos)? Foram tomadas medidas de restrição oficiais para as aldeias e comunidades? Todos os servidores têm equipamentos de proteção individual e álcool em gel? O Polo Base tem equipamentos e insumos para realizar os testes e diagnósticos? Há espaço para isolar as pessoas que podem estar contaminadas? As unidades de saúde da região têm equipamento e insumos para realizar os testes e diagnósticos? Há lugar para fazer o isolamento de alguém que esteja contaminado ou com suspeita? Caso estejam sendo implementadas tais medidas, como as mesmas têm sido recebidas pelos respectivos povos indígenas? Caso seja necessário remoções e deslocamentos, como será feito? Se já aconteceu, como foi? Como é feito o transporte dos doentes, normalmente? Qual é o calendário de vacinação contra a gripe (influenza) nas aldeias Guarani do Estado?

#### 4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO

As aldeias Guarani do Estado do Rio de Janeiro são as seguintes<sup>3</sup>:

##### **Município de Paraty:**

- Aldeia Guarani *Tekoa Guyrai Tapu*, T.I. Araponga, 8 famílias, 38 indígenas;
- Aldeia Guarani *Tekoa Itaxi Mirim*, T.I. Paraty-mirim, 40 famílias, 230 indígenas;
- Aldeia Guarani *Tekoa Arandu Mirim*, T.I. Paraty-mirim; (sem dados sobre famílias);
- Aldeia Guarani *Tekoa Jeju*, T.I. Rio Pequeno, 8 famílias, 35 indígenas.

##### **Município de Angra dos Reis:**

- Aldeia Guarani *Tekoa Sapukai* – T.I. *Sapukai*, 100 famílias, 480 indígenas.

##### **Município de Maricá:**

<sup>3</sup> Dados cedidos pela Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI em Paraty, em 30/04/2020.

▪ Aldeia Guarani *Tekoa Ara Hovi* (Céu Azul). Bairro Itaipuaçu, 8 famílias, 28 indígenas;

▪ Aldeia Indígena Guarani *Tekoa Ka Aguy Hovi Porã* (Mata Verde Bonita), T.I. Ka Aguy Hovi Porã, 18 famílias, 52 indígenas.

O quadro a seguir, obtido a partir de dados fornecidos pelo Conselho de Direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro<sup>4</sup>, complementa as informações enviadas pela Coordenação Técnica Local da FUNAI em Paraty.

| POPULAÇÃO DAS ALDEIAS INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO |                          |                  |            |             |                  |
|---|--------------------------|------------------|------------|-------------|------------------|
| NOME DA ALDEIA                                    | MUNICÍPIO                | ETNIA            | FAMÍLIAS   | INDÍGENAS   | LIDERANÇAS       |
| Aldeia Araponga                                   | Paraty                   | Guarani Mbyá     | 8          | 36          | Nino             |
| Aldeia Itaxim Paratymirim                         | Paraty                   | Guarani Mbyá     | 49         | 260         | Eva/Adilson      |
| Aldeia Rio Pequeno                                | Paraty                   | Guarani Nhandeva | 10         | 30          | Neuza/João       |
| Aldeia Iriri                                      | Paraty                   | Pataxó           | 15         | 50          | Leonardo/Açucena |
| Aldeia Sapukai                                    | Angra dos Reis           | Guarani Mbyá     | 100        | 500         | Domingos/Miro    |
| Aldeia Ara Hovy                                   | Itaipuaçu/Maricá         | Guarani Mbyá     | 8          | 34          | Felix/Vanderlei  |
| Aldeia Mata Verde Bonita                          | São José Imbassai/Maricá | Guarani Mbyá     | 23         | 73          | Jurema           |
| Aldeia Vertical Aldeia Maracanã                   | Estácio/Rio de Janeiro   | Multiétnica      | 13         | 33          | Carlos Tukano    |
| <b>Total Estado do Rio</b>                        |                          |                  | <b>226</b> | <b>1016</b> |                  |
| Subtotal município Paraty                         |                          |                  | 82         | 376         |                  |
| Subtotal município Angra                          |                          |                  | 100        | 500         |                  |
| Subtotal município Maricá                         |                          |                  | 31         | 107         |                  |
| Subtotal município do Rio                         |                          |                  | 13         | 33          |                  |
| <b>Total Estado do Rio</b>                        |                          |                  | <b>226</b> | <b>1016</b> |                  |

Fonte: Lideranças das aldeias, em 15/04/2020

Os antropólogos Deborah Stucchi e Francisco Carlos Oliveira Reis, nos Pareceres 515/2020 e 532/2020, elaborados no mesmo contexto da perícia ora desenvolvida, sobre o enfrentamento do coronavírus entre os Guarani do Estado de São Paulo<sup>5</sup>, apresentaram um resumo sobre o contexto e especificidades culturais das comunidades Guarani das TIs Jaraguá e Tenondé Porã. As considerações dos autores são válidas para outras terras Guarani, como as do Estado do Rio de Janeiro, e apontam para características que podem resultar em implicações para o atual contexto da pandemia. A seguir discutiremos sobre a descrição trazida à baila por Stucchi e Reis. Segundo os autores:

4 Dados cedidos pelo indigenista Toni Lotar, membro do CEDIND/RJ, em 20/04/2020.

5 Parecer Técnico 532 /2020 - Autos 1.34.001.002557/2020-93. Assunto: Ações relacionadas à saúde indígena no contexto da COVID-19 na Terra Indígena Guarani Tenondé, localizada em São Paulo. Responsáveis: Deborah Stucchi e Francisco Carlos Oliveira Reis. Guia 714/2020 (Etiqueta Único PGR-001.39351/2020). São Paulo/SP, abril de 2020; Parecer Técnico 515 /2020 - Autos 1.34.001.002557/2020-93. Assunto: Ações relacionadas à saúde indígena no contexto da COVID-19 na Terra Indígena Guarani Jaraguá, localizada em São Paulo. Responsáveis: Deborah Stucchi e Francisco Carlos Oliveira Reis. Guia 662/2020 (Etiqueta Único PGR-00134389/2020). São Paulo/SP, abril de 2020.



1. As famílias Guarani Mbya são numerosas, tendo, a maioria, entre cinco e oito pessoas por residência. A escolaridade atinge as idades mais jovens, enquanto entre os mais velhos predomina a baixa escolaridade formal. Observa-se também proporção expressiva de idosos que convivem nas mesmas habitações com as demais gerações;
2. Há um número expressivo de famílias de membros com pouca fluência na língua portuguesa (principalmente as mulheres, os idosos e as crianças com menos de 6 anos);
3. As mulheres são as responsáveis pelo cuidado da casa e das crianças e têm menor circulação nos espaços públicos, característica relacionada à maior dificuldade de compreensão das instruções das equipes de saúde;
4. As principais fontes de renda são os empregos nas instituições públicas (escola e postos de saúde) e a venda do artesanato. No primeiro caso, recebem salários e no segundo dependem da ida às cidades e do fluxo de visitantes (excursões escolares e passeios turísticos);
5. Alguns indígenas realizam atividades temporárias, prestando serviços eventuais nas redondezas;
6. O programa Bolsa Família atende à grande maioria da população, caracterizada pela baixa movimentação financeira;
7. Algumas famílias não recebem o auxílio do programa Bolsa Família por estarem apenas de passagem ou de visita;
8. A maioria da população depende de algum tipo de ajuda assistencial para sobreviver. Estima-se que a metade da população receba menos de R\$ 400,00 por mês e que de 10% a 20% não possua nenhuma renda;
9. Todos os moradores das comunidades Guarani dependem, em maior ou menor medida, do mercado regional para a aquisição de alimentos;
10. Há algumas roças familiares mas a produção é insuficiente para suprir as necessidades das famílias;

11. As condições sanitárias das aldeias são caracterizadas pela deficiência, sem tratamento do esgoto sanitário, de banheiros e de água potável.

De acordo com Stucchi e Reis, as principais características das comunidades Guarani agravantes para o controle da Covid-19 são:

1. Característica cultural Guarani de transitar entre aldeias e acolher famílias e parentes oriundas dos mais diversos estados e mesmo países (Argentina, Paraguai, Uruguai);

2. Disposição das residências, dispostas proximamente umas das outras;

3. Contato interpessoal intenso no dia a dia, com rotina de visitas e encontros nos espaços comuns das aldeias;

4. Características da moradia tradicional, a maioria construída em chão de terra batida, sem divisões internas entre os cômodos;

5. Precariedade do saneamento básico;

6. Dependência do mercado para asseguramento da dieta alimentar – o confinamento na área demarcada e, em algumas aldeias, a degradação ambiental, dificultam os roçados e a criação de animais domésticos com vistas à alimentação;

7. Falta de itens de higiene – considerando a baixa renda e a deficiência sanitária generalizada, há falta de itens pessoais de higiene;

8. Atividades coletivas de cunho religioso, realizadas para fortalecimento espiritual e da saúde dos indivíduos e do coletivo, diariamente, na Casa de Reza (*Opy*), onde se reúne a comunidade, permanecendo horas em ambiente fechado, com pouca circulação de ar e iluminação natural. Esse ambiente é propício para a propagação do vírus, considerando a aglomeração e a falta de ventilação, segundo orientações das autoridades sanitárias;

9. O compartilhamento de objetos no cotidiano e durante as atividades na Casa de Reza. Trata-se de objetos como, por exemplo, o *petynguá*, cachimbo de uso ritual e também cotidiano, presente nas rezas, reuniões e nas rodas informais de conversa. O objeto é passado de mão em mão para que todos possam fumar. Compartilham coletivamente também

as cuias de bebida feita com infusão de folhas de erva mate (*Ilex paraguayensis*) na água quente;

10. O compartilhamento de talheres e pratos nos cuidados de alimentação, entre adultos e crianças, com as condições sanitárias precárias, podendo não haver suficiente higienização dos itens nos padrões exigidos pela pandemia.

Os Pareceres acima tiveram como escopo levantar as características indicadas como agravantes na elaboração de estratégias para o enfrentamento do coronavírus. Neste cenário, concordam os autores que, para a garantia da continuidade das práticas culturais dos Guarani, é necessária a adoção de medidas de proteção como isolamento coletivo, suspensão de visitas, controle de acesso e trânsito de pessoas.

## **5. SAÚDE DOS GUARANI SOB O PONTO DE VISTA MÉDICO: VULNERABILIDADES**

Andrey Cardoso, médico e pesquisador da Fiocruz, que trabalhou boa parte de sua carreira nas aldeias Guarani do Estado do Rio de Janeiro, demonstrou, em sua tese de doutorado<sup>6</sup>, como a saúde da população Guarani é afetada pelas suas características culturais, condições fundiárias, sanitárias e de moradia:

“Além do convívio no agrupamento familiar extenso, as famílias Guarani costumam reunir-se em outros espaços coletivos na aldeia, como por exemplo, na casa de reza, onde praticam rituais religiosos e de cura, incluindo o batismo das crianças, de pontos estratégicos no terreno das aldeias, não chegando aos domicílios. Essas condições resultam em limitações, em graus variados, da capacidade de higiene pessoal e dos utensílios domésticos, progressivamente introduzidos no cotidiano da aldeia, bem como dos próprios equipamentos sanitários. O controle da qualidade da água ainda ocorre de forma precária e são frequentes as contaminações no trajeto até o local de coleta ou durante a manipulação da água armazenada no domicílio. O destino do lixo é incerto, sofrendo enterramento, queima, retirada por serviços públicos de coleta, ou ainda, deixados no terreno da aldeia, a céu aberto. (...) Nas escolas é oferecida a merenda escolar, sendo um local importante de agregação de crianças. Quanto à saúde, são variados também os níveis de organização dos serviços locais. Enquanto algumas localidades possuem Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena

6 CARDOSO, Andrey Moreira Cardoso. Doença respiratória aguda em indígenas Guarani no Sul e Sudeste do Brasil. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro/RJ, 2010.

completas e com profissionais de vínculo estável, outras apresentam Equipes com deficiências na sua composição e alta rotatividade de profissionais. Diante do exposto, fica patente que a diversidade da situação fundiária e das estratégias adotadas para sobrevivência, os diferentes graus de contato dos grupos indígenas com a sociedade envolvente, a forma de organização interna das aldeias, as condições socioeconômicas, bem como a organização dos serviços de educação e saúde, resultam em diferentes condições de vida e de exposição a riscos sociais, ambientais e sanitários. Esses fatos se vinculam de forma estreita com os padrões de adoecimento e morte dos grupos (...)” (CARDOSO, 2010: 44-45).

O estudo de Cardoso indicou que o chão de terra das moradias é fator de maior risco para doenças respiratórias devido ao maior acúmulo de ácaros, pelos de animais, fungos, e resíduos. No período em que realizou a pesquisa em 83 aldeias, a maioria das hospitalizações da população Guarani investigada:

“(....) ocorreu com a população menor de 5 anos (71,9%). As doenças respiratórias foram as principais causas de hospitalização (64%) na população, sendo a proporção de hospitalização por essas causas mais expressiva entre menores de cinco anos (77,6%) e, sobretudo, em menores de 1 ano (83,4%). As magnitudes das proporções de hospitalização em idades precoces são reflexo do elevado risco de hospitalização das crianças Guarani, cujas taxas anuais corresponderam a 71,4/1000 crianças, em <1 ano, e a 21,0/1000 crianças, entre 1 e 4 anos. A taxa anual de hospitalização específica por história de hospitalizações prévias, o baixo peso ao nascer, a desnutrição, a localização do fogo principal no interior do domicílio sem divisória de cômodo, o número de crianças <5 anos adicionais no domicílio, a criança dormir no chão, a baixa idade materna e não ter salário fixo na família”(CARDOSO; 135).

Em sua tese, Cardoso revelou também que:

“(....) mesmo internamente ao grupo Guarani, existem desigualdades socioeconômicas e que as crianças de famílias mais pobres, com maior dificuldade de subsistência e pior qualidade de vida material possuem maior taxa de doença respiratória aguda baixa (DRAB) seguida de hospitalização. A questão habitacional configurou-se como um tema central na determinação da saúde Guarani. As mudanças habitacionais verificadas, pelo menos em parte, encontram-se relacionadas à menor disponibilidade de recursos naturais e de mudanças ambientais no ecossistema da mata atlântica. O estado nutricional ao nascimento e nos primeiros cinco anos de vida mostraram-se fortemente associados à maior taxa de DRAB seguida de hospitalização, refletindo as condições adversas de vida dessas crianças e suas famílias, tanto decorrentes do pior acesso a alimentos em quantidade e qualidade, quanto em relação ao acesso à atenção materno-infantil qualificada” (CARDOSO, 2010: 136).

Na mesma esteira, Stucchi e Reis apontaram, no Parecer 532/2020,

anteriormente citado, as vulnerabilidades existentes no tocante à saúde dos Guarani na T.I. Tenondé Porã:

“A população da Terra Indígena Tenondé Porã tem sido afetada por diversas patologias que ameaçam sua saúde. São prevalentes as infecções respiratórias agudas que vitimam, em maior incidência, crianças e idosos. Estudos têm sido realizados com populações Guarani de outros lugares, confirmando essa peculiaridade.

Conforme demonstram alguns estudos, o relacionamento muito estreito com a população regional produz o aparecimento de novos problemas de saúde relacionados a mudanças de seu modo de vida, especialmente, no que se refere à alimentação. O aumento do consumo de açúcar, sal, refrigerantes, enlatados, alimentos e refrigerantes industrializados, de maneira geral, está relacionado ao crescente número de casos de diabetes e hipertensão.

Essas condições de saúde são apontadas pelas autoridades sanitárias e cientistas como as comorbidades mais frequentes associadas aos casos de letalidade por coronavírus”.

Os autores ressaltam que, por tratar-se o coronavírus de uma “doença de branco” contra a qual os saberes e os remédios tradicionais à base de ervas medicinais não são eficazes, as comunidades sentem-se ameaçadas e amedrontadas. Em entrevista concedida por mensagem de *WhatsApp* em 30 de março de 2020, o médico Andrey Cardoso afirmou, sobre a atenção e cuidados necessários à saúde dos povos Guarani durante a pandemia:

“As aldeias do Sul e Sudeste preocupam muito: primeiro, pela proximidade e grau de contato com a população do entorno e o elevado nível dependência do mercado regional para subsistência, o que praticamente determina que eles estejam expostos ao vírus. Vale lembrar que justamente as cidades do Sudeste são as que têm, até o momento, a maior circulação viral, e que primeiro foram declaradas com transmissão comunitária. Segundo, é sabida a vulnerabilidades dessas populações indígenas às infecções respiratórias agudas, e nos períodos sazonais, grande parte da população é afetada por vírus respiratórios, como Influenza e Vírus Sincicial Respiratórios. Um agravante dessa vulnerabilidade é que estamos entrando justamente agora no período sazonal desses vírus, e o inverno também se aproxima, o que pode facilitar ainda mais a propagação das infecções respiratórias e do coronavírus. (...) Pode haver a circulação conjunta da influenza e do coronavírus nas aldeias, aumentando o número de casos graves e confundido os diagnósticos. É possível que não existam doses de vacina suficientes, porque houve antecipação da vacinação para idosos e profissionais de saúde, mas serão uma estratégia importante.

Pontos relevantes são também as condições de vida nas aldeias, com deficiência de saneamento, famílias grandes e com intenso

contato comunitário, que impõem desafios adicionais para implementação das medidas de isolamento. De todo modo, seria recomendado evitar a circulação de pessoas, identificar precocemente casos suspeitos ou confirmados e encontrar ideias criativas de isolamento possíveis no contexto das aldeias. Para isso, há também que se pensar em garantir entregas de subsistência, para que possam permanecer nas aldeias e não se deslocar à cidade. Por fim, as equipes precisam estar preparadas para identificar casos graves que necessitem de atendimento hospitalar e ter fluxo garantido para remover esses casos das aldeias”.

## 6. VOZES INDÍGENAS

### 1. Paraty

#### 1.1. Terra Indígena Araponga

Entrevista com o Conselheiro de Saúde Indígena Nino Benite, Vice-Cacique e filho do Cacique Agostinho, através de troca de mensagens de áudio e escritas, pelo *WhatsApp*, em 20 e 30 de abril de 2020.

Nino informou que o maior problema que a comunidade de Araponga enfrenta é com a decadência da prestação de serviços à saúde indígena desde a criação da SESAI: a diminuição de pessoal e recursos, tanto nas aldeias quanto no Polo Base. Estão sem médico contratado há cerca de um ano nas aldeias de Paraty.

*“No Polo Base não tem mais segurança, não tem ninguém para atender telefone. A equipe de saúde trabalha dobrado desde a SESAI. Eles que marcam consulta – fazem várias coisas que antes havia alguém da área administrativa para fazer”*. Apesar dessa situação, afirma que a equipe multidisciplinar de saúde faz o que é possível dentro do quadro de precariedade da saúde indígena e continua atendendo regularmente desde o início da pandemia. O atendimento é realizado na aldeia, uma vez a cada 15 dias, alternando com visitas a outras aldeias menores de Paraty. A vacinação contra a gripe já foi realizada. *“Todos estão com saúde, graças a Nhanderu”*, diz.

Na aldeia Araponga, apenas a equipe de saúde e os parceiros – que doaram cestas básicas – estão entrando, com máscara. A comunidade está se protegendo, não permite pessoas de fora na aldeia. Resolveram não sair para a cidade e fizeram um vídeo divulgando a

sua decisão de “fechar” a aldeia. Nino declarou:

“A ordem aqui é “ninguém entra, ninguém sai”, ninguém vai para outra aldeia. Todos os caciques estão fazendo isso: para não sair para outra aldeia, não ir para outra aldeia. Não estamos recebendo ninguém, nem deixando sair. Quando alguém precisa sair para comprar alguma coisa, primeira conversa com o Cacique. Saem só duas pessoas, se necessário, apenas uma vez por semana”.

A FUNAI este ano ainda não apareceu presencialmente e, desde que começou a pandemia, prometeu, por telefone, que chegarão cestas básicas, sem previsão de entrega. Nem a FUNAI nem a Prefeitura estão fornecendo material de higiene para a aldeia. Quanto à entrega de cestas básicas por parceiros, inicialmente foram feitas duas entregas a partir de campanha organizada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba. A partir de agora estão aguardando uma doação da Comissão Guarani *Yvyurupá*, que levantou as aldeias mais necessitadas e de maior distância da cidade, e incluiu Araponga, Rio Pequeno e Paraty-mirim neste rol.

## 1.2. Terra Indígena Paraty-mirim

Entrevista com a Cacique Eva Benite Parareté, através de mensagens de áudio pelo *WhatsApp*, realizada em 27 e 29 de abril de 2020.

Eva disse que a regra na aldeia é o isolamento e a “barreira sanitária”. Estão todos bem de saúde, indo na cidade apenas para um motivo especial, como para fazer compras necessárias ou ir ao banco. O Prefeito de Paraty inicialmente fechou a estrada para o bairro onde fica a aldeia mas agora já abriu. A comunidade colocou uma faixa na entrada da aldeia para não entrarem pessoas de fora. Para encarar o isolamento, estão focando no trabalho na roça.

“Hoje a gente está aproveitando bastante: cantando mais e trabalhando na plantação, fazendo um trabalho muito bonito. A gente tem acreditado muito e fortalecido mais a nossa cultura, indo para a casa de reza todo dia. Estamos aproveitando para fazer o trabalho de agricultor: catando batata-doce, mandioca, plantado mais frutos, laranja, fazendo bastante plantação. A gente quer que isso seja para o futuro das crianças e ter o que falar como foi em 2020. O importante é ter como não liberar a comunidade para ir a cidade vender artesanato. A gente se preocupa porque as pessoas

vão de uma para outra aldeia. A gente não sabe se essa pessoa está carregando o vírus. Ele pode passar para toda a comunidade”.

A renda da comunidade foi muito prejudicada com a pandemia mas estão contando com o apoio de parceiros e da Prefeitura para recebimento de cestas básicas.

“No início, como liderança, ficamos sem saber o que dizer para comunidade, porque a gente estava vivendo só da venda do artesanato e poderia ser difícil convencer a ficar na aldeia quem vende no centro. A gente foi conversando que esse vírus é uma doença que não tem cura, que está matando muita gente, inclusive parentes, não tem remédio, então a gente foi segurando a comunidade. O Prefeito tem apoiado a gente, da parte da assistência social e o Fórum das Comunidades Tradicionais também. A loja Canoa e outros parceiros têm apoiado a gente. O único que a gente não recebeu a cesta básica foi da FUNAI mas a gente está cobrando”.

Uma grande preocupação de Eva é como será quando for relaxada a quarentena em Paraty. Por ser uma cidade cuja atividade econômica principal é o turismo, muitas pessoas vêm de fora e vão na aldeia. Daí pode haver o risco de contágio. Quando o Prefeito liberar a quarentena, portanto, avalia que será arriscado para os índios voltarem a vender artesanato na cidade e entrarem em contato com os turistas que vêm de outros Estados e países. Na sua opinião não podem liberar tudo de uma vez.

“Fico preocupada porque quando o *Juruá* for entrando de novo na cidade, a gente não vai ter certeza se esse vírus acabou. Aqui na minha comunidade eu vou segurar! Mesmo que libere tudo, vou segurar. Quem for vender artesanato ou tiver que ir na cidade, vai sem criança. Precisamos desse apoio dos parceiros com as cestas, para conseguir segurar a comunidade na aldeia. Não vou liberar nem que seja por sete meses, por aí. Aqui tem muita gente idosa e as criancinhas. Cada liderança tem que conversar com a comunidade, não deixar as pessoas sair, ir para outras aldeias, tem que segurar”.

Outra preocupação é com o uso da máscara na flexibilização da quarentena, uma vez que não têm máscaras descartáveis suficientes e nem máscaras de pano para ir à cidade.

“A gente está usando máscara quando vai na cidade. A gente também está se prevenindo bastante, chegando em casa tomando banho e passando álcool gel. O agente de saúde está entregando as máscaras no postinho de saúde, para as pessoas não saírem sem máscara. Mas a gente precisa de mais máscaras. A gente precisa também de máscara de pano, porque aí a gente quando for na cidade, pode lavar, deixa secar e usar de novo”.



Eva ressaltou a necessidade de melhoria de saúde e saneamento na aldeia de Paraty-mirim. Porém as medidas para sanar essa situação só poderão ser adotadas ao final da quarentena. Afirmou a importância de, após a pandemia, os indígenas se reunirem com a Prefeitura e a SESAI para tratar de ações de saneamento na aldeia.

“Nós temos dificuldades muito grandes na aldeia com a água. As caixas são muito antigas, precisamos de mais caixas para algumas casas. Os banheiros estão precisando de reformas”.

Com base na sua experiência de sete anos como agente indígena de saúde, a liderança orienta a sua comunidade sobre o uso correto da máscara e medidas de higienização das cestas básicas recebidas. Conversa com todos passando pelas casas e em reuniões que ocorrem sempre às sextas-feiras, onde têm procurado manter a distância.

“A gente conversa para quando a cesta básica for entregue, a gente não se aproximar na hora, as pessoas receberem cesta básica com a máscara com álcool e água sanitária. Esse pessoal vem com a máscara, aí eu chamo os agentes para estarem passando álcool e água sanitária para limpar a entrega da cesta básica. Trabalho há sete anos como agente de saúde e tenho essa experiência do que é um vírus, do que não é um vírus. Esse vírus, a gente não tem noção de como vai chegar, como está entrando. Se alguém chega na aldeia, eu falo: vocês estão vendo aqui que tem um cartaz que está escrito que a gente não está recebendo visita? Vocês tem que respeitar a minha comunidade. Nossa comunidade tem horário certo de *Juruá* chegar. A gente está seguindo a regra do protocolo de consulta Guarani, que foi criado pela aldeia mesmo, através do nosso trabalho. As pessoas que vêm aqui tem que respeitar a aldeia. Como que não saberão que não pode estar visitando?”

A Cacique Eva alertou para a dificuldade de comunicação com pessoas de fora da aldeia, uma vez que o sinal de celular é fraco no local.

“A gente não tem internet nem no posto nem na escola. A gente precisa muito porque hoje toda a comunicação é por internet. Não tenho televisão em casa; para me informar e me comunicar uso apenas *WhatsApp*, pelo *Wi-Fi* do meu genro, mas o plano dele vai só até maio ou junho”.

Eva finalizou a sua fala dizendo:

“A nossa preocupação é não só com a nossa aldeia, mas com todos os parentes, todos os povos indígenas do Brasil. Está no Brasil inteiro, cada vez mais se aproximando esse vírus dos indígenas, então a maior preocupação é isso: como liderança, a gente tem que segurar a comunidade”.

### 1.3.Terra Indígena Rio Pequeno

Entrevista com a Vice-Cacique Neusa Kunhã Taquá Mendonça Martine, através de troca de mensagens de áudio e escritas, pelo *Whatsapp*, em 27 e 29 de abril de 2020.

Neusa informou que a Prefeitura de Paraty está tomando medidas protetivas tais como: uso obrigatório de máscaras, fechamento dos comércios que não são essenciais, orientação com informações, ajuda ao povo carente com cestas básicas, fiscalização às ruas e praias para evitar que haja aglomeração de pessoas e a recomendação de que fiquem em casa. Quanto ao isolamento na aldeia, afirmou que está sendo cumprido:

“Estamos todos juntos para evitar a contaminação. Não deixamos saírem os idosos, crianças, ninguém da aldeia vai para a cidade, só em caso de extrema urgência. Não estamos recebendo visitas de outros lugares: ninguém entra, ninguém sai. Sou vice-cacique da minha aldeia, quando há necessidade de sair, sou eu que saio para a cidade, para evitar a contaminação, e tenho tomado os cuidados pois tenho uma criança de 1 ano e 8 meses. Tem ficado sobrecarregado para mim. Eu que saio para comprar os alimentos, para resolver algumas demandas da comunidade e também sou eu que entro em contato com as pessoas que estão apoiando a comunidade. Devido a ser um vírus que o branco trouxe, estamos fazendo de tudo para isolamento total”.

Neusa apontou que, para a população indígena, que é um povo vulnerável, é difícil a situação do isolamento pois a maior parte da renda vem da venda do artesanato para turistas. Poucos são os agentes de saúde e saneamento e professores que ganham salário.

“A maioria depende da venda – sobrevivemos do turismo. Está sendo muito difícil esse momento para a comunidade. Tem muitas famílias carentes na nossa comunidade, em situação bastante vulnerável. Somos cidadãos com contas para pagar como energia elétrica, gás, além do alimento, alguns medicamentos, fraldas. Nos preocupa bastante a vinda do inverno em relação à saúde e não sabemos até quando será necessário ficar isolados em nossa aldeia”.

A equipe multidisciplinar de saúde do Polo Base/SESAI – constituída por enfermeira e técnica de enfermagem – vai de em 15 em 15 dias para acompanhamento e atendimento de saúde, com os cuidados para não contaminar a comunidade, como o uso do equipamento de proteção individual (EPI). A comunidade está sem atendimento de médico há

um ano pois não houve contratação pela SESAI. A comunidade já foi vacinada contra a gripe.

“A pandemia de Covid-19 é desconhecida do povo indígena, o que dificulta a compreensão sobre a evolução do vírus. Minha comunidade tem o conhecimento sobre o coronavírus primeiro porque tivemos orientação da equipe multidisciplinar de saúde indígena, que passa informações, orienta os cuidados e, principalmente, a fazer o isolamento em sua aldeia. Não recebemos nenhum material onde se fala sobre o coronavírus. Acompanhamos na televisão, nos jornais e assim obtemos mais informações sobre o coronavírus (...). Realizamos atividades coletivas e adotamos as orientações de manter a distância, e, principalmente de não sair da aldeia, principalmente os idosos, as crianças. Houve orientação da equipe de saúde da SESAI sobre os riscos de dividir objetos, inclusive do *petyngúá*, dos utensílios – como copos, pratos, de não compartilhar, a importância de higienizar tudo, lavar as mãos corretamente, usar o álcool gel. A equipe vem tomando todos os cuidados, usando máscaras, álcool em gel e luvas”.

Neusa declarou que a equipe multidisciplinar de saúde sofre com pouco material enviado pela SESAI e que atende em um local improvisado, dentro da sala de aula (uma sala de extensão da escola indígena existente na aldeia *Sapukai*). Quando a equipe vai à aldeia, as aulas são suspensas para viabilizar o atendimento. Os exames para coleta de sangue, preventivo e consultas são realizadas nessa pequena sala, que não é adequada para isso.

“Aqui no Rio Pequeno não tem posto de saúde. A comunidade já está aqui há mais de 20 anos nessa na aldeia Rio Pequeno e já vem há bastante tempo solicitando à SESAI a construção do posto de saúde mas até hoje não houve recurso para construir. Nessa situação de pandemia, que a gente não pode sair da nossa aldeia, se tiver algum caso, teremos que ir para o hospital mais próximo porque médico não vem aqui”.

“Não tem nenhum caso de Covid-19 aqui na aldeia. Se houvesse um infectado, seria difícil manter o isolamento, mas a gente faria o necessário. Não temos uma estrutura física apropriada para o isolamento em caso de contaminação porque não temos esta estrutura nem para o próprio atendimento regular, fora da pandemia. Existem pessoas idosas, que usam medicamentos controlados e precisam de receita médica”.

“O atendimento pela equipe está sendo no prédio da sala de aula. Existe um pequeno armário na casa de agente de saúde, a Márcia, onde ela guarda esses medicamentos a chave. Tem muitas crianças bagunceiras e de vez em quando eles mexem nos remédios, por mais que a gente controle”.

“Essa equipe também precisa de apoio. Com materiais, produtos de limpeza – isso a SESAI não está fornecendo. Só tem máscara. Mas álcool em gel é uma coisa que a SESAI não forneceu até agora para a comunidade. Nem a SESAI nem a FUNAI. Não recebemos nada de material de higiene da FUNAI. A FUNAI esteve ausente todo esse tempo desde o início da quarentena. Desde a pandemia não tivemos visita da FUNAI, muito

menos orientação sobre o coronavírus”.

Entre as suas preocupações, a Vice-Cacique Neusa elencou a educação:

“Estamos numa situação muito crítica em relação à educação. Desde o ano passado as crianças estão sem aulas. Agora, com a pandemia, de novo estão sem perspectiva de voltar às aulas. Há dois anos os professores estão sem contrato. A gente vem brigando com a Secretaria de Educação mas não conseguimos. Agora que tudo paralisou, as coisas ficam mais difíceis. Não sabemos se, quando acabar a quarentena, a situação das políticas públicas – que já estava ruim, precária – ainda vai ficar pior, por ter ficado tanto tempo parada”.

O Fórum de Comunidades Tradicionais e a loja Canoa, de Paraty, estão fazendo campanha de arrecadação de recursos para compra de cestas básicas para as aldeias e doaram algumas para a comunidade de Rio Pequeno. O Município de Paraty, via assistência social, também forneceu cestas básicas mas é incerto se haverá outras ajudas. Há poucas plantações na comunidade. A renda geralmente vem da venda do artesanato para comprar os alimentos.

Neusa reclamou que a FUNAI deveria também estar presente em relação às cestas básicas, orientação para prevenção e fornecimento de produtos de higiene para a população indígena. Sobre os desafios que está enfrentando na conscientização da comunidade sobre os perigos do vírus, Neusa falou:

“Estamos bem informados, através de televisão, jornal, meios de comunicação e redes. Estamos acompanhando tudo. Mas é difícil conversar com as pessoas que têm mais idade - os idosos - deles entenderem o que está acontecendo no nosso mundo, ao nosso redor, o que essa doença causa, quais são os sintomas e em relação à higiene, o que tem que manter, a cada hora, de não poder sair, de não poder receber vizinho, tudo isso. Explicar a eles porque a gente não pode ir na cidade vender artesanato, porque a gente não pode receber turismo dentro da aldeia. Tudo isso a gente está conversando com a comunidade mas é um pouco difícil também para a gente passar isso para a comunidade, nós como liderança. Às vezes eles falam que a gente está se precipitando”.

“A gente vai ter que adquirir certos cuidados – independente do momento da pandemia – na nossa vida, no nosso dia a dia. Não só para se prevenir desse vírus do Covid-19 mas de outras doenças. A gente está fazendo o máximo que pode para se isolar na nossa comunidade. Se vocês puderem cobrar aos governantes para que possam estar mais presentes na nossa comunidade, isso é muito importante para a sobrevivência da população indígena”.

Quanto ao recebimento de benefícios, ela diz que os indígenas da comunidade estão cadastrados no Cadastro Único. Entre as famílias, há umas que recebem Bolsa Família, outras não. Algumas pessoas estão recebendo o Auxílio Emergencial e outras o pedido ainda está em análise. Há outros problemas que desafiam as medidas de enfrentamento da pandemia. Uma é a sofrível situação do saneamento.

“Em relação ao saneamento básico, não tem nem dois anos que foram construídos três banheiros aqui no Rio Pequeno. Um banheiro eu tive que interditar porque estava tendo vazamento do esgoto para fora da fossa, que encheu e estava vazando em ar aberto. Quando eles fazem uma fossa, eles fazem muito pequena e enche rápido – é muita gente – enche muito rápido e aí estava vazando para fora. Estava tendo muito mau cheiro, aquela água escura escorrendo pelo caminho, e o banheiro fica bem perto da estrada onde a gente usa para passar. Esse banheiro fica ao lado da escola onde as crianças brincam. Como moramos em um morro, não é possível esvaziar esses banheiros através de um sugador - não tem acesso para transporte, o carro não chega até o local onde ficam os banheiros - não existe essa possibilidade de retirar. O pessoal da SESAI tem que avaliar o local e ver que tipo de fossa deve ser construída naquele local porque local de difícil acesso não dá para esvaziar com o sugador”.

“Nós temos no total hoje três banheiros aqui na aldeia, o que não é suficiente. Precisaria de mais um para o Jorge, que é deficiente físico, e um outro”.

“Água a gente está bebendo a que vem da água nascente e vai para a caixa d'água, distribuída diretamente para as casas. A gente não está tomando água clorada”.

Neusa terminou a entrevista dizendo que existe um processo de demarcação em curso, com o relatório de identificação reconhecido pela FUNAI mas a TI ainda não foi homologada.

## **2. Angra dos Reis**

### **2.1. Terra Indígena *Sapukai***

Entrevista com o Cacique Domingos Benite, através de ligação telefônica realizada em 07 de maio de 2020.

Domingos disse que a FUNAI até agora não distribuiu cestas básicas nas aldeias. Estão esperando a remessa talvez para a segunda quinzena de maio, ou seja, tardiamente. Mesmo assim, a quantidade divulgada a ser distribuída é de 50 cestas, ao passo que a comunidade tem 94 famílias, isto é, as cestas serão insuficientes para todos. Até então,

o apoio na alimentação que a comunidade conseguiu foi através de campanhas de arrecadação de parceiros. Outrossim, não há notícia que a FUNAI distribuirá material de limpeza para higienização, o que, segundo ele, seria importante.

O isolamento na aldeia *Sapukai* está sendo respeitado, sendo as saídas apenas para o que é necessário. Estão todos bem conscientes que não podem sair e conformados.

“Essa semana eu, que trabalho na saúde, saí apenas para ajudar ao Seu Félix, Cacique de Maricá, porque a mulher dele está com doença espiritual e precisou que eu levasse o pajé daqui para atender a ela lá. Levei o pajé e ela já está melhorando”.

A respeito da medicina tradicional para prevenção do vírus, ele afirmou:

“Os Guarani sempre pedem proteção a Nhanderu, frequentam a casa de reza e usam o *petynguá*, o que ajuda muito no fortalecimento da saúde e prevenção”.

Sobre a informação atualizada acerca da pandemia, Domingos falou que os indígenas estão sempre acompanhando a TV para saber das notícias. Pelo que tem conhecimento, quem se cadastrou para receber o Auxílio Emergencial, já está recebendo.

No que tange à equipe de saúde indígena, o atendimento continua normalmente sendo realizado pela equipe da Prefeitura, com EPI. A equipe deu orientação à comunidade sobre a prevenção e cuidados em casos de suspeita ou confirmação, recomendando o isolamento. Fora a equipe, ninguém mais está entrando na aldeia.

O antigo posto de saúde foi demolido e a Prefeitura começou a colocar o piso e os alicerces mas a obra de construção e ampliação parou: “*Agora, durante o isolamento, paralisou mesmo porque a firma que fazia as obras parece que não pode fazer obras nesse período*”. Não sabe se a SESAI contribuiu com recursos para a construção desse posto de saúde mas gostaria de saber: “*Para a comunidade é muito importante a conclusão dessa obra*”.

No que se refere ao saneamento, afirmou que no ano passado a Secretaria enviou equipe para reformar dez módulos sanitários, sendo que a comunidade tinha pedido a construção de novos pois esses eram muito antigos, alguns de 2004, com a madeira já podre.

O resultado é que 60 % da comunidade permanece sem banheiros. O tratamento da água é feito com apoio e orientação da Prefeitura, que fornece cloro para os AISANs e auxilia quando é necessária alguma obra ou reforma.

### **3. Maricá**

#### **3.1. Terra Indígena Ara Hovy**

Entrevistas com Cacique Félix Karaí Brisuela, através de ligação telefônica realizada em 08 de maio de 2020 e Vanderlei da Silva, professor indígena, via ligação telefônica em 27 de abril de 2020.

Seu Félix – como é chamado por todos – relatou que não é de hoje que a situação da comunidade está muito ruim – sem atendimento da FUNAI, da SESAI, sem água, sem saneamento e com vedações do órgão ambiental para plantar. Desde o início da epidemia, entretanto, está pior: estão isolados e sem as condições sanitárias recomendadas, o que o deixa muito preocupado.

Ele revelou que há algum tempo tem vontade de se mudar com a comunidade para outro lugar mais propício. Com a pandemia, essa vontade aumentou pois está inviável permanecer lá: estão muito próximos da cidade, expostos ao vírus. Gostaria, o quanto antes, de sair para um lugar mais seguro, em que haja água, seja possível plantar e criar galinhas.

Contou que faz tempo que a Prefeitura prometeu-lhe um outro lugar, melhor. A sua comunidade é pequena e não seria difícil a Prefeitura conseguir um lugar melhor para eles pois há muitos lugares viáveis no Município. Ele chegou a realizar reuniões na Prefeitura de Maricá, com a presença da FUNAI, para agilizar a ida da comunidade para um sítio perto de Ponta Negra, no Município, ou outro local com água e que fosse bom para plantar, em Maricá. Mas essa negociação não avançou e agora, durante a pandemia, ele quer resolver isso pois as condições na aldeia estão péssimas e ele está muito preocupado com a sua comunidade. Por isso pede ajuda ao MPF para que acione a Prefeitura de Maricá, em articulação com a FUNAI, para verificar a possibilidade de se mudarem para um outro lugar. Ele gostaria muito de permanecer em Maricá, que é um lugar que a sua comunidade gosta e que a Prefeitura ajuda, assim como outros particulares.

“Eu poderia me mudar agora mesmo, ainda que durante a epidemia. Não teria problema porque protegeria a minha comunidade. Seria bem melhor e mais seguro para todos, em termos de saúde. Aqui está muito ruim. Não tem nada, não tem água, não dá para plantar, não tem assistência da FUNAI, da SESAI, está muito ruim mesmo. Estamos muito perto da cidade, é muito arriscado para a comunidade viver com esse vírus tão perto”.

“Precisamos de uma terra mais longe da cidade, onde a gente possa se resguardar, plantar, ir para a casa de reza, se fortalecer espiritualmente, a nossa cultura. Educação, projeto e outras coisas que o *Juruá* ajuda são boas. Mas o principal para o índio é a terra: uma terra boa, que ele possa plantar, viver perto da natureza, com seu modo de vida, sua cultura. Aqui onde a gente vive, não tem isso”.

“Estou esperando há muito tempo uma terra e estou ficando velho. Se a Prefeitura puder ver essa terra que prometeu para nós – ou alguma outra-, é isso que a gente precisa. A gente não sabe como vai continuar vivendo aqui, dependendo dos outros para tudo. Para plantar não dá, porque é área de preservação; o INEA não deixa. A gente só está aqui até hoje porque não arrancou nenhuma árvore”.

Este foi o pedido feito na entrevista com o Cacique Félix. Uma semana antes, sem conseguir o contato da liderança, havíamos primeiramente contactado Vanderlei, professor indígena da aldeia de Itaipuaçu. Ele nos concedeu entrevista por telefone mas recomendou que contactássemos seu Félix, pois ele é o Cacique e seria bom falar com ele.

Vanderlei informou que o maior desafio na prevenção do coronavírus é a precária situação da saúde e saneamento na aldeia de Itaipuaçu. A SESAI e a FUNAI não estão presentes, o Município ajuda como pode mas é insuficiente. Não há água nem saneamento.

“Em nossa aldeia não temos nada de saneamento. Zero. Nada, nada. Também não temos agente indígena de saúde e nem agente indígena de saneamento. Estamos há sete anos aqui, pedimos à SESAI mas não conseguimos ainda. Trocou o contrato da terceirizada prestadora de serviços de saúde, o DSEI Litoral Sul prometeu priorizar a contratação de AIS e AISAN na nossa aldeia mas até agora, nada. Temos uma médica e uma enfermeira disponibilizadas pelo Município de Maricá, que vêm toda semana na aldeia para acompanhamento da saúde, em visita domiciliar. O atendimento é para serviços básicos. Remédios, só os mais simples: dipirona, paracetamol. Algum remédio mais caro, a gente tem que comprar com os nossos próprios recursos. Algum serviço mais complexo ou odontológico é feito no posto da cidade (não indígena), por agendamento. A SESAI não tem atendido a comunidade em nada. Pela equipe da SESAI, não há nada aqui. Estamos no patamar zero. O Município ajuda como pode mas entendemos que a SESAI deveria estar à frente do atendimento à saúde e saneamento”.



Vanderlei relatou que, em termos de saneamento, o que existe na aldeia foi conseguido por doação, não por parte da SESAI:

“Tivemos a ajuda de religiosos e de particulares que queriam ajudar. A gente ganhou caixas d'água para a escolinha e algumas caixas d'água para as casas. O abastecimento é feito no poço do vizinho – mediante pagamento da luz para bombear, pago com nossos próprios recursos”.

Vanderlei contou que eles próprios furaram um poço no terreno do vizinho, uma vez que na sua terra não há nenhum tipo de água. A água desse poço não é clorada e, portanto, de potabilidade duvidosa. Tiveram um problema recentemente com um defeito na bomba mas a SESAI não ajudou com o conserto pois o poço não estava em terra indígena.

“Há uns vinte dias a nossa bomba queimou e ligamos para a SESAI, pedindo recurso de R\$ 400,00 para consertar mas eles alegaram que não poderiam ajudar porque o poço não está na terra indígena mas no terreno vizinho. Professores parceiros, que visitam a aldeia, promoveram uma vaquinha para nos ajudar e foi o que nos salvou porque não teríamos como pagar os R\$ 400,00 se não fosse assim, com a ajuda de particulares. Foi muito triste: ficamos uma semana sem água. Estamos abandonados pela SESAI. Um dia antes do conserto a Prefeitura trouxe um caminhão-pipa para nos ajudar também, pelo menos para água de beber. Mesmo assim ficamos uma semana sem água. Isso foi no início da quarentena. Tive que sair da aldeia para tentar resolver, pedir apoio. Foi triste. Nesse momento difícil, da epidemia, a SESAI deveria ajudar”.

Quanto ao fornecimento de cestas básicas para enfrentar o período de isolamento social, até o momento a FUNAI não forneceu cestas básicas e não há previsão de entrega, disse Vanderlei. Há um mês e meio a Secretaria de Educação de Maricá doou uma cesta básica para cada aluno mas os alimentos não duraram nem duas semanas. O Sindicato da UFF também realizou doação de cestas básicas para oito famílias e tiveram ajuda de religiosos.

A Secretaria de Educação forneceu um *kit* de limpeza (com sabão) para cada família, há cerca de 20 dias, mas os *kits* já estão acabando. Estão sem álcool gel. Máscara de proteção, a sua esposa costurou algumas para a comunidade. A Prefeitura não forneceu EPIs. O CEDIND conseguiu a doação de cestas básicas da CEASA mas ainda não foram entregues em sua aldeia. Estão sem informações sobre o que vão receber, de quem e quando – cestas, material de higiene e de proteção. Alguns na aldeia recebem Bolsa Família e estão recebendo o Auxílio Emergencial, não tiveram dificuldade para receber. Com os benefícios provenientes

da Bolsa Família e da Mumbuca (moeda social existente no Município), têm também conseguido comprar algum alimento no mercado regional.

Em relação ao isolamento, relata que desde a pandemia não apareceu ninguém na aldeia. Quem apareceu perto, não entrou na aldeia. Ele tem ido muito pouco à cidade, apenas quando necessário, por exemplo, para receber a aposentadoria do Cacique Félix. O restante das sete famílias fica na aldeia. Os indígenas estão respeitando o isolamento porque em Maricá estão acontecendo muitos casos confirmados, principalmente no bairro em que moram.

A comunidade não tem um plano de contingenciamento elaborado. Acredita que, se necessário, seriam atendidos pela rede municipal e, para a remoção de pacientes, contariam com a ajuda da aldeia Mata Verde Bonita, em Maricá, que dispõe de um carro da SESAI.

Pelo exposto, temos que os indígenas da aldeia de Itaipuaçu não estão recebendo atendimento das instituições públicas FUNAI e SESAI. Conforme relatado, em toda a quarentena nenhuma das instituições ligou, sequer para dar orientação a respeito das medidas a serem adotadas, contando a comunidade com a ajuda do Município de Maricá e de particulares.

### **3.2. Terra Indígena Mata Verde Bonita**

Entrevista com a Cacique Jurema Nunes de Oliveira (Para Rete Yry), através de troca de mensagens pelo *WhatsApp* e de ligação telefônica realizada em 27 de abril de 2020.

Jurema, Cacique da aldeia Mata Verde Bonita, em Maricá, informou que o maior problema que enfrentam nesse momento da pandemia é em relação à água e ao saneamento. A Prefeitura de Maricá fornece duas vezes por semana um caminhão-pipa de água e essa água – a única própria para beber - é racionada.

Há quatro poços artesianos na aldeia mas a água não é própria. É com recursos próprios que a comunidade paga o bombeamento da água no poço. Desde o início da pandemia estão sem a bomba pois quem faz o serviço não tem aparecido.

A comunidade já pediu por várias vezes à SESAI que realize obras de saneamento mas não há providências nesse sentido e seguem sem encanamento, sem caixa d'água e, portanto, sem tratamento.

Em termos de cestas básicas durante o período da pandemia, a comunidade contou com o fornecimento por parte da Prefeitura e dos parceiros, não havendo preocupação por ora com a falta de alimentos. O acesso ao Auxílio Emergencial foi feito por todos os que tinham direito, com a ajuda de parceiros também.

A merenda da escola continua sendo fornecida pelo Município mesmo com as atividades escolares paralisadas. Da Prefeitura, receberam *kits* de limpeza para todas as famílias, álcool gel e máscaras. Os amigos parceiros também ajudaram com esses itens.

Não há casos suspeitos – todos estão com saúde e continuam realizando as atividades rotineiras. Não há até o momento a elaboração de um plano em caso de crise. Jurema acrescentou que a maioria da comunidade faz as atividades dentro da aldeia e quase não sai.

“A nossa vivência é dentro da aldeia mesmo. Então está sendo fácil controlar. Ninguém entra e ninguém sai. Quando é necessário ir à cidade para pagar uma conta ou ir ao mercado, apenas uma pessoa vai e leva os pedidos dos outros. Se acontece entrega de cestas, os parceiros vêm de máscara e todos os produtos são higienizados com álcool antes de entrar na aldeia”.

A equipe de saúde que atua na aldeia Mata Verde Bonita é do Município – uma médica e uma enfermeira – e tem dado as orientações à comunidade a respeito do coronavírus. Ela própria, a Cacique, no início da pandemia se reuniu com todos e passou as informações sobre a prevenção. A vacinação para a gripe foi feita por essa equipe da Prefeitura mas por enquanto apenas para os idosos e mulheres grávidas.

Segundo Jurema, como há carência de pessoal no Polo Base, ao longo dos anos o atendimento à saúde se estabilizou na articulação dos indígenas com a Prefeitura, ao passo que o Polo Base deveria estar mais presente e suprindo outras carências que são da sua responsabilidade, como por exemplo, a construção do posto de saúde. A SESAI atua na aldeia apenas na contratação do agente indígena de saúde e do agente indígena de saneamento, além de fornecer uma viatura para atendimento à saúde. O posto de saúde é improvisado e precário.

Em suma, o atendimento pela Prefeitura gera uma certa insegurança porque está à mercê do governo do momento, ao contrário da situação da SESAI, que deveria prestar atendimento independente de quem está no poder.

Jurema finalizou dizendo que a FUNAI até agora não ligou, não deu orientações – nem a distância – e não ajudou no cadastro para recebimento do benefício. Há a promessa de distribuição de cesta básica por parte da FUNAI mas não há previsão de data.

## **7. INFORMAÇÕES DO POLO BASE E DA COORDENAÇÃO TÉCNICA LOCAL-FUNAI**

### **7.1. Polo Base de Saúde Indígena de Angra dos Reis**

Entrevista realizada com o Chefe do Polo Base de Saúde Indígena de Angra dos Reis, Cleber dos Santos, através de ligação telefônica realizada em 22/04/2020 e troca de mensagens de *WhatsApp* estabelecida entre 20/04/2020 e 24/04/2020.

Cleber informou que as aldeias – Guarani e Pataxó – de Angra dos Reis e Paraty, demarcadas ou não demarcadas, estão sendo atendidas. As aldeias de Maricá estão tendo atendimento por conta do próprio Município de Maricá, com equipe composta por médica e enfermeira, em regime de 20hs. O posto de saúde da aldeia de *Sapukai* entrou em reforma em outubro de 2019 e a equipe multidisciplinar de saúde está atendendo em um local improvisado e precário, onde funcionava a casa de farinha.

No que se refere à restrição de acesso nas aldeias, afirmou estar proibida a entrada nas aldeias por todos os Caciques. Aquelas que têm portaria, estão fechadas. Outras colocaram faixas na entrada, pedindo a não circulação em seu interior neste momento da pandemia.

A orientação e monitoramento à prevenção à Covid-19 são feitos pelas equipes de saúde que atuam nas aldeias junto com os Agentes de Saúde. *“Temos este protocolo: comunicar ao Município, orientar a família, colher Swab e distribuir os EPIs para família”*.

A regularidade do atendimento da equipe durante a pandemia na aldeia *Sapukai* é diária. Na aldeia Itaxi mirim a periodicidade é semanal e nas aldeias menores o atendimento é intercalado. A equipe multidisciplinar de saúde no Polo Base hoje é só de enfermagem. Em Maricá, duas vezes por semana atende uma equipe composta por uma médica e uma enfermeira do Município. Em *Sapukai*, há o apoio também do Município, com enfermeiras a semana toda, uma médica duas vezes por semana, além de uma pediatra e uma psicóloga.

Os profissionais de saúde estão usando EPIs fornecidas pelo Município de Angra dos Reis e Paraty: máscaras, luvas, capote, toucas, álcool gel e óculos. Pela SESAI, o material chegou e já acabou. As máscaras que vieram eram de qualidade pior do que as fornecidas pelo Município.

Sobre condições de testar imediatamente os casos suspeitos, afirma: “*Em Angra dos Reis não estou tendo problema. Precisei colher um Swab e rapidamente o Município forneceu e liberou para a aldeia. Faço na aldeia e encaminho para Município*”. O Polo Base não tem equipamentos e insumos para realizar os testes. Conta, por enquanto, só com os Municípios. As unidades de saúde da região de Angra dos Reis e Paraty têm equipamentos e insumos para realizar os testes e diagnósticos. Sobre Maricá, Cleber não apresentou informações.

De acordo com o Chefe do Polo Base, não há espaço próprio dentro das aldeias para isolar as pessoas que podem estar contaminadas ou com suspeita. Em *Sapukai* e Rio Pequeno sequer há prédios de postos de saúde prontos para atendimento regular. Segundo Cleber, há uma deficiência também nos veículos. A aldeia *Sapukai* deveria ter dois veículos, como era antes: “Hoje só há um carro e um motorista em *Sapukai*, o que é pouco para o número de indígenas. Este carro serve para levar um paciente em Angra dos Reis para fazer hemodiálise três vezes por semana e atende às emergências da aldeia”.

Nas outras aldeias, a estrutura é a seguinte: 1) Itaxi mirim: 1 carro e 1 motorista; 2) Araonga: sem carro e sem motorista; 3) Pataxó: 1 carro e 1 motorista; 4) Rio Pequeno: 1 carro e 1 motorista; Maricá: 1 carro e 1 motorista para as duas aldeias.

Como estratégia para evitar o deslocamento para as cidades, ele comentou:

“Falamos com as lideranças para quem for pegar o benefício, se puder, que vá de carro e não de ônibus, aproveitando com quem já estiver indo para cidade. Quem estiver indo, aproveita para levar idoso ou alguém que tire o benefício por ele. Mas alguns indígenas não estão indo buscar devido à entrega de cestas básicas, que está dando suporte alimentar neste momento”.

Quanto ao fornecimento de cestas básicas nas comunidades, Cleber informou que a sociedade civil se organizou para arrecadar dinheiro e fazer a entrega de cestas básicas tanto em Paraty quanto em Angra dos Reis. Nas três aldeias de Paraty as cestas básicas foram entregues pela Prefeitura e por doações de particulares. Das doações de particulares, na aldeia *Sapukai* já foram entregues duas levadas de cestas básicas. Em maio ainda vão acontecer mais entregas.

Em relação ao fornecimento de material de limpeza, a Prefeitura de Angra dos Reis forneceu para cada família material como sabão líquido, acondicionado em almotolias, distribuídas na unidade de saúde da aldeia. Cada semana a Prefeitura manda um galão de 5 litros de sabão para a aldeia. Sobre as aldeias de Paraty, não dispõe de informações se está fornecendo material de limpeza para as aldeias.

O Polo Base está mais presente em Angra dos Reis e Paraty, não dispondo de informações atualizadas sobre a entrega de cestas e fornecimento de material de limpeza pela Prefeitura de Maricá.

Cleber explica que o saneamento é o grande problema hoje nas aldeias. Em Angra dos Reis a Prefeitura apoia a cloração da água. Em Paraty, o grande gargalo é não ter saneamento de qualidade. Maricá está pior ainda. A aldeia de Itaipuaçu está sem saneamento e sem agente indígena de saúde e saneamento. Na aldeia de São José, em Maricá, já existe agente de saúde e saneamento mas falta material. Por fim, informou que a vacinação da *Influenza* está sendo ministrada nas aldeias.

## **7.2. Coordenação Técnica Local da FUNAI – Paraty**

Entrevista com o Chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da FUNAI, Cristino Cabrera Machado, realizada em 29/04/2020 por mensagens de texto do *WhatsApp*.

Cristino informou que são atendidas todas as aldeias da competência da CTL, demarcadas ou não. A CTL fez um levantamento visando a aquisição de cestas de

alimentos para as comunidades indígenas do Estado e o processo de aquisição está em curso.

Voluntários organizaram campanhas de arrecadação de alimentos e produtos de higiene nos Municípios de Angra dos Reis e Paraty. As doações acontecem mensalmente através da rede de voluntários de Angra dos Reis para a aldeia *Sapukai* e pelo Fórum de Comunidades Tradicionais e Rede Povos da Floresta para as aldeias de Paraty.

No Município de Angra dos Reis a Secretaria de Promoção Social garante ainda a entrega de vale-alimentação para 94 famílias no valor de R\$ 100,00/mês para cada família. Quanto ao monitoramento às comunidades para prevenção e tratamento do Covid-19, afirmou seguir as recomendações repassadas pelo Ministério da Saúde. Além disso, explicou que as aldeias contam com o trabalho de vigilância da equipe multidisciplinar de saúde da SESAI.

“Para as entregas das cestas e produtos de higiene, estamos orientando os doadores para que realizem as medidas de higienização dos produtos e cumpram as recomendações das portarias regulamentares da FUNAI e da SESAI e monitorando essas ações, sempre que possível”.

A estratégia adotada pela CTL para evitar o deslocamento para as cidades - que pode acontecer para recebimento de benefícios sociais ou para a aquisição de alimentos - tem sido orientar as comunidades a buscar conter as saídas das aldeias, incentivando a realização de ações diversas que promovam a permanência em seus territórios:

“Uma das ações é através da antecipação de projeto agrícola. Além disso, estamos articulando também ações culturais com o apoio do Museu do Índio do Rio de Janeiro, como apresentação do coral Guarani das aldeias na própria aldeia, respeitando as regras de distanciamento entre os participantes e para grupos de número limitadíssimo”.

Cristino colocou que o recebimento dos benefícios do Bolsa Família e Auxílio Emergencial para os indígenas cadastrados no CadÚnico, além dos benefícios previdenciários do INSS, está acontecendo regularmente, ressalvadas algumas dificuldades nos trâmites e liberação dos processos agendados nos dois últimos anos. No tocante ao recebimento dos benefícios sociais, declarou:

“O fluxo é o mesmo da sociedade em geral, com os complicativos culturais próprios das populações indígenas, onde as mães

fazem questão de carregar junto com elas os filhos menores para buscar o benefício, embora essa prática tenha acontecido em número bem menor. Mas os indígenas enfrentam a mesmas dificuldades de acesso ao recebimento, sendo que a opção de recebimento através de aplicativo móvel é bem pequena pois além de um número não muito efetivo de indígenas possuírem telefone móvel, muitos esbarram nas dificuldades de compreenderem o processo”.

De acordo com Cristino, as comunidades têm se organizado na restrição do acesso de pessoas nas aldeias. A grande maioria identificou efetivamente a restrição de acesso na entrada das aldeias com faixas e tranca dos portões (naquelas que os possuem). Estão suspensas na cidade de Paraty todas as atividades de recebimento de turistas, as aulas e o trânsito de ambulantes.

Nas aldeias, apenas a equipe multidisciplinar de saúde tem mantido a rotina de atendimento. Os servidores da equipe de saúde do Polo têm usado equipamentos de proteção individual e álcool em gel. Cristino ressalta que tem havido um esforço imenso por parte dos técnicos em cumprir à risca as medidas de segurança sanitária.

“Acho apenas que enfrentaremos problemas para disponibilizar máscaras de proteção pessoal para toda a população indígena para cumprir as medidas nos períodos de transição do isolamento para acesso a cidades com o uso de máscaras e para a ida às agências bancárias para as etapas de recebimento do Auxílio Emergencial”.

Caso haja necessidade, Cristino considera que em nenhuma das comunidades indígenas existe estrutura física para isolamento das pessoas que podem estar contaminadas ou com suspeita. Conclui:

“Nesse momento, em que o número de casos em comunidades indígenas ainda é pequeno, se houver uma ação conjunta de esforços para manter um plano de apoio efetivo, sem precedentes, para dar condições para as comunidades indígenas em profundo isolamento com condições para promoverem a sua subsistência, a sua cultura, e a garantia de seus territórios e a implementação de um sistema de atenção à saúde e a educação, verdadeiramente diferenciado para as populações indígenas, poderemos fazer dessa tragédia um marco para que a garantia dos direitos indígenas seja a melhor estratégia de segurança sanitária para as populações indígenas”.

## 8. QUESTÕES E ENCAMINHAMENTOS SOBRE SAÚDE E SANEAMENTO



## INDÍGENAS

No âmbito do levantamento realizado, as entrevistas trouxeram a inquietação dos indígenas com problemas que se arrastam há décadas sem solução, relativos ao atendimento à saúde e ao saneamento indígenas – acompanhados pela Perita signatária através do trabalho no MPF – e que, nesse momento, revelam a sua face mais dramática, pelas medidas sanitárias que a pandemia exige adotar.

É mister destacar que há ações ministeriais em andamento que tratam dessas questões. Em primeiro lugar, ação civil pública ajuizada com base no Parecer 01/2015<sup>7</sup>, para sanar as irregularidades na prestação de serviços de saneamento nas aldeias de Angra dos Reis e Paraty. Embora tenha sido vitoriosa – inclusive em segunda instância –, sendo imputada à SESAI multa em caso de descumprimento, até hoje as aldeias carecem de uma situação digna no que se refere ao saneamento.

Igualmente, Notícia de Fato<sup>8</sup> instaurada com base no Parecer/2017<sup>9</sup>, Etiqueta Único PR-RJ-00028555/2017, sobre as péssimas condições dos postos de saúde das aldeias situadas nesses Municípios. Este documento foi desentranhado do I.C.P. 08120.001.026/97-16, que investigava irregularidades no atendimento à saúde indígena em Angra dos Reis e Paraty e foi arquivado em 2019. O Parecer/2017 foi realizado pela Perita signatária em conjunto com a Perita em Arquitetura Débora Magalhães.

Houve ainda o ajuizamento da ação civil pública 0046957-70.4.02.5101, que teve como objeto a reestruturação da Casa de Saúde Indígena (CASAI)/RJ. Embora arquivada, fatos novos relacionados à necessidade de incorporação da instituição ao subsistema de saúde indígena como mais um braço de combate ao coronavírus poderiam sugerir o seu desarquivamento e implementação de ações para regularizar o atendimento à

7 Parecer Técnico 01/2015 – Autos 1.30.012.000623/2001-48. Assunto: Condições de saneamento básico em comunidades indígenas do Rio de Janeiro. Responsáveis: Sheila Telles Meyer (Perita em Engenharia Sanitária) e Maria Betânia Pereira Gomes Guerra Duarte (Perita em Antropologia). Rio de Janeiro/RJ, junho de 2015.

8 Notícia de Fato nº 1.30.014.000203/2019-71. Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas condições de infraestrutura dos postos de saúde das aldeias indígenas, situadas nos municípios de Angra dos Reis-RJ e Paraty-RJ.

9 Parecer Técnico/2017 – SEAP – Autos 08120.001.026/97-16. Assunto: Análise das condições de infraestrutura dos postos de saúde das aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, RJ. Responsáveis: Débora Magalhães Valença (Perita em Arquitetura) e Maria Betânia Pereira Gomes Guerra Duarte (Perita em Antropologia). Guia SEAP/PGR/001570/2017 (Etiqueta Único PR-RJ-00028555/2017). Rio de Janeiro/RJ, maio de 2017.

saúde indígena.

Apresentamos o quadro resumido a seguir, no ensejo de contribuir para a compreensão e solução dos problemas que podem obstaculizar o enfrentamento da pandemia.

| PRM/Angra dos Reis   |  |
|--|--|
| Questões   | Sugestões de encaminhamentos   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>As aldeias de Angra dos Reis e Paraty cobertas pelo Polo Base estão sem médico contratado pelo DSEI-Litoral Sul há cerca de um ano. Em Angra dos Reis, o Município disponibiliza uma médica pois o posto é municipal. Em Paraty, o atendimento é feito apenas por uma enfermeira e não há visitas de médicos.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Exigência de imediata contratação de médico para atendimento nas aldeias de Paraty e/ou convênio com o Município de Paraty para que disponibilize um médico de sua rede para tal, até que se normalize a situação do Polo Base, com a contratação de médico para atendimento nas próprias comunidades, instando os indígenas a permanecerem em suas terras.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Embora tenha sido vitoriosa – inclusive em segunda instância – ação judicial para regularizar as precárias condições de saneamento nas aldeias de Angra dos Reis e Paraty, sendo imputada à SESAI multa em caso de descumprimento, até hoje as aldeias carecem de uma situação digna no que se refere ao saneamento.</li> <li>As aldeias de Paraty, em especial a aldeia de Paraty-mirim, sofrem com a péssima qualidade da água e as doenças decorrentes dessa condição: diarreia, verminoses etc., que acometem principalmente idosos e crianças. A situação do saneamento é crítica. Há mais de quatro anos a Prefeitura de Paraty disponibilizou-se a realizar uma parceria para tratar do saneamento na aldeia de Paraty-mirim, quando foi construída a estação de tratamento no Município e as instalações sanitárias no bairro em que se encontram os Guarani, passando inclusive os encanamentos por dentro da aldeia, mas até hoje essa ajuda ainda não se concretizou.</li> <li>A aldeia de Angra dos Reis encontra-se em uma situação melhor do que as de Paraty pois conta com apoio do Município para o tratamento da água.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Execução da ação judicial, a fim de obrigar a SESAI a realizar o completo trabalho de saneamento (planejamento das ações, obras, treinamento, assessoria permanente) nas aldeias de Angra dos Reis e Paraty, visando principalmente o fornecimento de água potável, elemento crucial nesse momento da pandemia mas também pós-pandemia. Neste momento, contudo, fazer o viável a fim de manter o distanciamento social para evitar o contágio por coronavírus.</li> <li>Promoção da articulação entre a SESAI e o Município de Paraty para estabelecimento de parceria a fim de realizar obras de saneamento nas aldeias de Paraty-mirim. Neste momento, contudo, fazer o viável a fim de manter o distanciamento social para evitar o contágio por coronavírus.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>O posto de saúde municipal dentro da Terra Indígena Sapukai, em Angra dos Reis, estava em péssimas condições e foi demolido em 2019. Em novembro se iniciaram as obras de construção de um novo posto de saúde, que foram interrompidas logo em seguida.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação de informações ao Município de Angra dos Reis sobre a previsão de continuidade e conclusão das obras do posto de saúde na Terra Indígena Sapukai. As obras devem continuar apenas após avaliação com lideranças e equipe de saúde sobre o cabimento da entrada de pessoas de fora da</li> </ul>   |

|  |  |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>A equipe multidisciplinar de saúde atende atualmente em uma construção improvisada na casa de farinha. Embora as obras não devam ser retomadas durante a pandemia, é fundamental a garantia de recursos para a conclusão das obras após esse período.</li> </ul>  | <p>aldeia na terra indígena. O posto do Município é essencial para o atendimento à saúde indígena no local, sem que precisem sair da aldeia.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação à SESAI de informações sobre articulação com a Prefeitura de Angra dos Reis para a conclusão das obras de reconstrução do posto de saúde na Terra Indígena Sapukai.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Envio do DSEI-Litoral Sul para o Polo Base de pouca quantidade de EPIs (e de má qualidade), bem como outros insumos para higienização visando o enfrentamento do coronavírus.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Envio do DSEI-Litoral Sul para o Polo Base de Angra dos Reis de maior quantidade de EPIs e outros insumos para higienização visando o enfrentamento do coronavírus.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Nas aldeias de Paraty, nem a FUNAI nem a Prefeitura estão fornecendo material de higiene e EPIs, essenciais para o momento mas também para o período de flexibilização da quarentena.</li> <li>As aldeias de Paraty temem o período de transição para o relaxamento da quarentena tendo em vista o grande fluxo de turistas na região e a falta de EPIs para os indígenas.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação ao Município de Paraty e à FUNAI de fornecimento de material de higiene e equipamento de proteção individual (EPI) para as aldeias de Paraty.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Na aldeia Rio Pequeno, a comunidade desconhece o andamento do processo de demarcação e regularização fundiária no âmbito da FUNAI e solicita informações.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Verificação junto à FUNAI e no âmbito do MPF do andamento do processo de demarcação e regularização fundiária e repasse das informações atualizadas à comunidade.</li> </ul>  |
| <b>PRM/Niterói</b>   |  |
| <b>Questões</b>  | <b>Sugestões de encaminhamentos</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Dos Municípios com terras indígenas no Estado, Maricá é o que vem apresentando maior número de casos do coronavírus, sendo que justamente nesse Município o saneamento é inexistente na aldeia de Itaipuaçu e precário na aldeia Mata Verde Bonita.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Verificação junto à SESAI e à Prefeitura de Maricá de providências viáveis nesse momento da pandemia para melhoria e futura solução da situação de saneamento nessas aldeias.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>O Cacique Félix, da aldeia de Itaipuaçu, narra que não há água nem condições de plantar na sua terra, sendo que antes da pandemia iniciara tratativas com a Prefeitura de Maricá, com a intermediação da FUNAI, visando a mudança da comunidade para outro local mais propício à sua sobrevivência.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação à Prefeitura de Maricá e à FUNAI de informações sobre a possibilidade de conseguirem uma outra terra para os indígenas dentro do Município que seja melhor para viverem – com água boa e condições de plantio-, conforme estavam acontecendo tratativas anteriormente à epidemia.</li> </ul>                                    |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>Inexistência de recursos humanos contratados</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>Exigência de imediata contratação de AIS e</li> </ul>   |

|   |   |
|---|---|
| <p>pela SESAI para dar conta do saneamento e saúde na comunidade do Cacique Félix.</p>  | <p>AISAN para a comunidade liderada pelo Cacique Félix, atualmente estabelecida na aldeia Itaipuaçu mas em tratativas com a Prefeitura para conseguir outra terra.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Orientação para que a SESAI realize ações de capacitação, ainda que a distância, para o trabalho desses profissionais, a fim de minimizar a curto prazo e sanar, a médio prazo, os problemas causados pela precariedade de serviços de saneamento e saúde na comunidade.</li> <li>• Cobrança ao DSEI-Litoral Sul de atendimento à saúde e ao saneamento nas aldeias indígenas de Maricá.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Na aldeia Mata Verde Bonita, a comunidade desconhece o andamento do processo de demarcação e regularização fundiária no âmbito da FUNAI e solicita informações.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação junto à FUNAI e no âmbito do MPF do andamento do processo de demarcação e regularização fundiária no âmbito da FUNAI e repasse das informações atualizadas à comunidade.</li> </ul>  |
| <p>Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro/Capital</p>  |   |
| <p>Questões</p>   | <p>Sugestões de encaminhamentos</p>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• A CASAI/RJ ainda não foi incorporada totalmente ao subsistema de saúde indígena criado em 1999.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• A CASAI/RJ deve fazer parte do subsistema. Regularizada a CASAI/RJ, poderá compor mais um braço para fortalecer a saúde indígena no combate à pandemia.</li> <li>• Exigência ao DSEI – Litoral Sul de regularização da CASAI/RJ, contratações e demais adequações da instituição às normativas das CASAIs no país.</li> </ul>  |
| <p>Procuradorias nos Municípios de Angra dos Reis e Niterói</p>   |   |
| <p>Questões</p>   | <p>Sugestões de encaminhamentos</p>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relato por parte dos indígenas de ausência e omissão da FUNAI no combate à pandemia no que tange a orientação e assistência.</li> </ul>                                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitação para que a FUNAI apresente plano de atuação diante da pandemia e se faça mais presente na orientação e assistência às comunidades indígenas.</li> </ul>  |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desarticulação entre os órgãos públicos que têm prestado atendimento à saúde indígena no combate à pandemia.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção da articulação entre os órgãos – FUNAI, SESAI e entes federativos – no sentido de organização das medidas e elaboração de plano de contingenciamento, bem como protocolo de atendimento, em acordo com as especificidades culturais dos Guarani, tanto em caso de suspeita, confirmação ou de mero monitoramento.</li> <li>• Promoção da articulação do DSEI-Litoral Sul com os Municípios para encaminhamento de pacientes para as redes municipais, em caso</li> </ul>  |

|   |  |
|---|--|
|   | <p>de necessidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorização de comunidades indígenas nas ações governamentais em face de sua vulnerabilidade evidente diante da pandemia, pelo histórico de doenças respiratórias, desnutrição e exposição também a outras doenças como dengue e zika.</li> <li>• Solicitação de informações ao Polo Base sobre elaboração de protocolo para orientar os Agentes Indígenas de Saúde sobre encaminhamentos, através de articulação entre os entes e órgãos públicos.</li> <li>• Solicitação de informações ao Polo Base sobre cumprimento e divulgação aos AIS, aos Municípios e à FUNAI do plano de contingenciamento distrital.</li> <li>• Solicitação de informações ao Polo Base sobre se foram capacitados todos os profissionais da equipe multidisciplinar de saúde, AIS e AISAN do Polo Base de Angra dos Reis no treinamento virtual oferecido pela SESAI visando a prevenção do coronavírus.</li> </ul> |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de participação dos indígenas na elaboração de estratégias conjuntas.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão dos indígenas na construção de plano de contingenciamento com os órgãos públicos em articulação.</li> <li>• Realização de reuniões virtuais entre os conselheiros do Conselho Único Local de Saúde Indígena, como já vem acontecendo entre os conselheiros do Conselho Distrital de Saúde Indígena.</li> <li>• Respeito ao Protocolo de Consulta Guarani.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade no acesso à água potável. O acesso à água potável, capaz de suprir as necessidades do coletivo, é um elemento vital à estruturação de uma aldeia Guarani.</li> </ul>   | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitação de providências à SESAI para garantir o acesso das aldeias à água potável para uso em preparo dos alimentos e para beber. Enquanto não for possível a instalação de poços artesanais e bombas d'água com fornecimento de energia elétrica para seu funcionamento, devem ser providenciados carros-pipa ou outro meio adequado.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de comunicação, por parte dos indígenas, causada por sinal precário de internet e falta de créditos no celular, que obstaculiza a atualização de informações, eventual comunicação de casos e a participação dos indígenas em planos de contingenciamento com os órgãos públicos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação junto à SESAI, FUNAI e/ou Prefeituras da possibilidade de providenciar Wi-Fi em todas as aldeias e disponibilização de aparelhos celulares e plano de dados para Agentes Indígenas de Saúde e Saneamento e lideranças.</li> </ul>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação dos indígenas e outros povos tradicionais com o relaxamento da</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitação de informações à FUNAI, SESAI e promoção de articulação entre os entes e</li> </ul>   |

|   |  |
|---|--|
| <p>quarentena, no que se refere à falta de EPIs e material de higiene para quando voltarem a circular nas cidades para venda de artesanato e a ter contato com os juruás (não indígenas).</p> | <p>órgãos públicos para fornecimento periódico de EPIs e material de higiene às comunidades para o período pós quarentena, até pelo menos o final de 2020.</p>   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Imprevisibilidade em relação à entrega das cestas básicas.</li> </ul>  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitação de informações e cobrança à FUNAI e às Prefeituras sobre cronograma de continuidade de entrega de cestas básicas às comunidades indígenas e comunicação às aldeias das prováveis datas para preparo das medidas de higienização na chegada das cestas.</li> </ul> |

## 9. RESPOSTAS AOS QUESITOS

### **a) Haveria especificidades culturais e epidemiológicas dos povos indígenas ou comunidades tradicionais com as quais já tenha trabalhado a se levar em consideração diante dos riscos representados pela pandemia de COVID-19?**

Sim, conforme relatado nos itens IV e V, que tratam, respectivamente, da caracterização do contexto e das vulnerabilidades de saúde do Guarani.

Os Guarani entendem ser o coronavírus uma doença trazida pelo *Juruá* (não indígena), que nem a medicina tradicional indígena nem a ocidental estão dando conta de curar, o que causa medo e insegurança. Nesse momento, para os Guarani é fundamental o fortalecimento espiritual e da saúde para enfrentá-la, continuando a frequentar a casa de reza e realizando os seus rituais coletivos – com o cuidado do distanciamento e introduzindo hábitos de higiene como lavar as mãos e os objetos de uso de forma mais frequente - pois é coletivamente que levam a vida cotidiana.

Considerando os aspectos socioculturais do povo Guarani, é fundamental que as medidas de prevenção e contágio ao coronavírus continuem sendo adotadas, mantido o isolamento coletivo – com o apoio para a sustentabilidade alimentar – a fim de que as comunidades possam permanecer em suas aldeias preservando e perpetuando as suas práticas culturais e modo de vida, com boa saúde.

No que tange ao perfil epidemiológico, as ações de saneamento básico têm que ser vistas como um aspecto fundamental para possibilitar ações emergenciais e preventivas eficazes em torno da ameaça do Covid-19.

O acesso ao saneamento básico é um ponto crítico nas aldeias do Estado do Rio de Janeiro. Em comunidades como Itaipuaçu e Paraty-mirim, a água é escassa até mesmo para beber. Como seguir a recomendação de lavar as mãos constantemente nesse contexto?

Há insuficiência de armazenamento e abastecimento de água nas aldeias e os indígenas, na maioria das vezes, são obrigados a improvisar a captação de água em fontes naturais e de qualidade duvidosa, tendo que arcar com as próprias despesas para a aquisição de mangueiras, ferramentas e bombas d'água manuais para poços.

Além disso, há uma carência de módulos sanitários domiciliares (MSD), sendo que os poucos existentes não são tratados a contento. O saneamento enfim, é sofrível. Outro problema básico e grave a ser enfrentado no combate e prevenção à pandemia nas aldeias é a péssima infraestrutura do atendimento à saúde. Ambos os aspectos referidos – saneamento e infraestrutura do atendimento à saúde – são objeto de ações ministeriais cujo andamento, nesse momento da pandemia, mereceria uma atenção especial quanto à sua celeridade.

No primeiro caso – saneamento - trata-se de ação civil pública, vitoriosa em segunda instância, ajuizada a partir do ICP Inquérito Civil Público 1.30.012.000623/2001-48. No segundo – infraestrutura, de Notícia de Fato<sup>10</sup>, cujo último despacho foi para a instauração de procedimento preparatório. As ações ministeriais acima mencionadas são relativas às aldeias afetadas à PRM-Angra dos Reis. No caso das comunidades de Maricá, é pertinente a instauração de investigação para tratar também desses dois aspectos.

A Perita signatária foi uma das autoras do Parecer Técnico 01/2015<sup>11</sup>, realizado em conjunto com a Perita em Engenharia Sanitária Sheila Telles Meyer, sobre a

---

10 Notícia de Fato nº 1.30.014.000203/2019-71. Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas condições de infraestrutura dos postos de saúde das aldeias indígenas, situadas nos municípios de Angra dos Reis-RJ e Paraty-RJ.

11 Parecer Técnico 01/2015 – Autos 1.30.012.000623/2001-48. Assunto: Condições de saneamento básico em comunidades indígenas do Rio de Janeiro. Responsáveis: Sheila Telles Meyer (Perita em Engenharia Sanitária) e Maria Betânia Pereira Gomes Guerra Duarte (Perita em Antropologia). Rio de Janeiro/RJ, junho de 2015.

situação do saneamento nas aldeias indígenas de Angra dos Reis e Paraty, que serviu de subsídio para a propositura da ação anteriormente citada. Igualmente, junto com a Perita em Arquitetura Débora Magalhães Valença, elaborou o Parecer SEAP/2017<sup>12</sup>, sobre a precária infraestrutura dos postos de saúde nas comunidades indígenas e propostas de melhoras.

Nesse sentido, sugerimos aproveitar as informações detalhadas contidas nesses documentos – sobre a situação do saneamento básico e dos postos de saúde nas comunidades, para cobrar dos órgãos responsáveis as providências necessárias para a sua regularização.

Em termos de questões e sugestões de encaminhamentos atinentes aos Guarani, cabe ainda apontar para as descritas no quadro explicativo constante no item VIII deste laudo.

**b) Seria possível elencar medidas emergenciais ou um plano de contingência para mitigar os efeitos do COVID-19 para os povos indígenas e comunidades tradicionais?**

Para combater a pandemia Covid-19, a SESAI necessita coordenar as ações com as demais instâncias de responsabilidade sanitária, especialmente os municípios que atuam na saúde indígena e a FUNAI, que parece alijada do processo de prevenção do coronavírus nas aldeias.

Cabe divulgar a todos os órgãos públicos que trabalham com as comunidades o “Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Covid-19) em Povos Indígenas”, elaborado pela referida Secretaria.

Cada DSEI elaborou o seu plano, adaptado para a realidade das etnias com que lida. Tanto a FUNAI quanto os Municípios e Estados devem ter conhecimento do Plano do DSEI-Litoral Sul, além do Polo Base. As Secretarias de Saúde dos Estados e Municípios, os serviços de saúde pública ou privada, agências e empresas devem utilizá-lo como

---

12 Parecer Técnico/2017 – SEAP – Autos 08120.001.026/97-16. Assunto: Análise das condições de infraestrutura dos postos de saúde das aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, RJ. Responsáveis: Débora Magalhães Valença (Perita em Arquitetura) e Maria Betânia Pereira Gomes Guerra Duarte (Perita em Antropologia). Guia SEAP/PGR/001570/2017 (Etiqueta Único PR-RJ-00028555/2017). Rio de Janeiro/RJ, maio de 2017.



referência para elaborar ou adequar os seus próprios planos de contingência e medidas de resposta, para contemplar as especificidades da atenção à saúde dos povos indígenas. Devem, portanto, considerar a vulnerabilidade epidemiológica, a atenção diferenciada à saúde inerente à atuação em contexto intercultural, e a influência de aspectos socioculturais no fluxo de referência no Sistema Único de Saúde (SUS).

As informações constantes no *site* da SESAI desde o início da pandemia – dados epidemiológicos, boletins e informes técnicos, normas e protocolos - são atualizados periodicamente. O Polo Base e os demais órgãos públicos devem basear as suas ações nessas informações e nas constantes no *site* “quarentena indígena”. Este último obtém os dados de casos suspeitos e confirmados através dos movimentos indígenas e é atualizado diariamente.

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro expediu Nota Técnica<sup>13</sup> para a promoção da articulação entre as orientações da SESAI e os Municípios que deve ser observada. É importante investir na capacitação dos profissionais de saúde, agentes de saúde e saneamento indígenas, a fim de que disseminem as informações para o restante das comunidades, seguindo as orientações contidas nos Informes Técnicos – SESAI/ Ministério da Saúde atualizados (cf. Informe 05<sup>14</sup>).

Outra medida elencada é a realização de testes rápidos nas comunidades indígenas. Em entrevista<sup>15</sup> concedida ao Instituto Socioambiental, o médico Andrey Cardoso afirmou que o maior desafio do subsistema de atenção à saúde indígena durante a pandemia é:

“(....) a estratégia das equipes de saúde nas aldeias para detectar precocemente e encaminhar rapidamente casos que precisem de atendimento externo. Teria que haver testes para identificar os infectados. Mais que isso: é preciso detectar os sinais [da contaminação]. Então, é detectar pessoas com sintomas respiratórios e confirmar a infecção nos casos graves. Nessa condição, a princípio todos vão ser considerados suspeitos de coronavírus”.

Para finalizar, mais uma vez ressaltamos que as questões e sugestões de encaminhamentos descritas no quadro explicativo constante no item VIII deste laudo são importantes pontos a considerar na prevenção e enfrentamento do coronavírus nas

13 Nota Técnica da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro para a Proteção e Cuidado em Saúde nas Aldeias Indígenas em razão da Situação de Emergência da Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19). Publicada do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no. 55, parte I, p. 20, em 24 de março de 2020.

14 Informe Técnico 05 – SESAI/ Ministério da Saúde – 08/05/2020

15 <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog>

comunidades - possíveis frentes de atuação do Ministério Público Federal junto às comunidades indígenas neste momento da pandemia.

**c) As lideranças, agentes de saúde, agentes sanitários e demais representantes indígenas ou dessas comunidades devem ou podem participar da elaboração e execução dessas ações?**

Considerando a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura aos povos indígenas o direito de serem consultados sobre todas as medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

Considerando os relatos de falta de consulta aos Guarani no enfrentamento da Covid-19, a despeito do protagonismo que vem tomando em ações como controle de acesso às terras indígenas, isolamento, diminuição de idas à cidade, orientações às famílias e outras;

Considerando o Protocolo de Consulta Prévio da *Tekoa Itaxĩ Mirim Guarani Mbya* (constante nos anexos), organizado pela Associação Comunitária Indígena Guarani (ACIGUA)/Paraty, elaborado em 2018, que apresenta ações que podem servir de parâmetro para uma consulta adequada aos Guarani, adaptável a cada terra indígena;

Considerando a cessação das atividades de controle social exercido pelo Conselho Único Local de Saúde Indígena Guarani do Estado do Rio de Janeiro, em virtude do isolamento social imposto pela pandemia;

Considerando que as reuniões do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI) do DSEI – Litoral Sul continuam acontecendo, de forma virtual;

Considerando que as principais lideranças das comunidades dispõem de celulares e que existem aplicativos cabíveis para contato virtual no isolamento;

Sugerimos que, durante a pandemia, o Polo Base de Saúde Indígena situado em Angra dos Reis promova reuniões periódicas virtuais do Conselho Único Local de Saúde Indígena Guarani do Rio de Janeiro, com a participação do Ministério Público Federal,

autoridades de saúde das esferas federal, estadual e municipal, lideranças e conselheiros de saúde indígenas e demais convidados que as comunidades considerarem oportunos, para articulação, organização e mobilização das ações.

Outrossim, que a SESAI e a FUNAI ensejem uma melhor forma de comunicação dos órgãos públicos com as lideranças, qual seja a verificação da possibilidade de providenciar *Wi-Fi* em todas as aldeias e disponibilização de aparelhos celulares e planos de dados para Agentes Indígenas de Saúde, Agentes Indígenas de Saneamento e lideranças, ou providencie outras formas de melhoria da comunicação.

#### **d) Quais ações e medidas os povos indígenas ou comunidades estão tomando para prevenção e enfrentamento da pandemia de COVID-19?**

As próprias comunidades indígenas do Estado do Rio de Janeiro estão organizadas e tomando as medidas de isolamento social coletivo e controle de acesso, com apoio e orientação da equipe multidisciplinar de saúde do Polo Base. As comunidades montaram “barreiras sanitárias” à entrada de suas terras, por onde “*não se entra e não se sai*”.

Nesse momento, há uma rede de informações entre os Guarani, que faz circular nas comunidades constantes informações sobre a pandemia, o que ilustra mobilização expressiva e espelha a autonomia indígena em garantir a sua segurança, se prevenir e se cuidar. Apesar desses pontos positivos, há a dificuldade de acesso ao sinal de *Wi-Fi* e a ausência de celulares potentes nas aldeias, o que torna a comunicação mais difícil.

Uma grande preocupação é como será o relaxamento da quarentena, diante da perspectiva de retorno às cidades para venda de artesanato e o risco do contágio. Em Paraty, as comunidades tradicionais têm se manifestado contra o relaxamento precoce, como expresso pela Associação de Moradores do Quilombo do Campinho - AMOQC através de texto publicado no Facebook em 28/04/2020. Igualmente o Fórum de Comunidades Tradicionais – Indígenas, quilombolas e caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT externou desacordo com o eventual relaxamento precoce, através de nota publicada em seu *site* em 29/04/2020. Nessa mesma data foi veiculado um abaixo-assinado no *site* Avaaz.org

contra a flexibilização da quarentena em Paraty.

Embora não tenha sido o foco deste trabalho – que, no Estado do Rio de Janeiro, focou nos Guarani - acrescentamos que os Pataxó de Angra dos Reis também estão organizados, fecharam as suas porteiras, estão cumprindo a quarentena e vêm sendo atendidos regularmente pela equipe do Polo Base de Saúde Indígena situado em Angra dos Reis.

**e) Avalie as medidas necessárias para o abastecimento alimentar, tendo em vista a ausência de fluxo de pessoas e a dinâmica de circulação de alimentos por parte dos grupos afetados. Como ocorre habitualmente acesso ao CádÚnico?**

No caso do abastecimento alimentar, nesse momento as comunidades do Estado estão supridas, com estoque de alimentos suficiente, obtido por meio de fornecimento de cestas básicas e doação de parceiros, particulares, Prefeituras, CEASA e ações de apoio, às vezes organizadas pelos próprios. Contudo, os itens para higienização dos alimentos e EPIs para recebimento dos gêneros alimentícios é insuficiente. Outrossim, a continuidade e periodicidade das entregas de cestas básicas é motivo de preocupação dos indígenas.

A principal fonte de renda das comunidades, especialmente as de Angra dos Reis e Paraty, é a venda do artesanato para turistas no centro dessas cidades, o que foi paralisado com a pandemia e está, conseqüentemente, acarretando perda de renda. Por isso é importante a continuidade no fornecimento de cestas básicas pois não se sabe até quando durará a pandemia.

É preciso que seja garantida a entrega de cestas pelo número maior de órgãos públicos possível, a fim de que os indígenas, no relaxamento da quarentena, não precisem ir para os centros urbanos vender artesanato.

Sugerimos perguntar aos Municípios se podem garantir a continuidade de entrega de cestas, com periodicidade, até pelo menos o final de 2020 e se podem continuar o fornecimento da merenda nas escolas indígenas. Igualmente à Secretaria de Educação do Estado.

A certeza da periodicidade na entrega de cestas básicas gerará mais

segurança e a conseqüente permanência dos indígenas nas aldeias, sem terem que buscar outra fonte de renda para a sobrevivência.

No caso do benefício emergencial, os próprios Guarani estão se organizando para buscar na cidade de forma escalonada, com poucas pessoas por vez. As equipes de saúde, os parceiros e, em alguns casos, as Secretarias Municipais de Assistência Social, ajudaram os indígenas a preencher o cadastro para conseguir o benefício.

Pelo relato dos Guarani a FUNAI não participou do processo de cadastro, embora normalmente seja o órgão que realize os encaminhamentos necessários para recebimento de benefícios às Secretarias Municipais de Assistências, expedindo as informações e documentos requeridos, com o seu trabalho lento mas contínuo. Ações, portanto, anteriores à pandemia, mas cujos efeitos surtem no presente.

Os indígenas reclamam da ausência da FUNAI neste momento da pandemia. A FUNAI afirma que está realizando levantamentos, providenciando a entrega das cestas básicas, antecipando projeto agrícola de distribuição de sementes, bem como cuidando de outros projetos. Parece haver um descompasso entre o que os indígenas dizem e o que a FUNAI afirma fazer.

Cabe lembrar que o órgão passa por um processo de sucateamento diante do contexto político atual, que se agrava no enfrentamento da pandemia, pela imposição do isolamento. Há um quadro geral de escassez de recursos humanos e materiais, trabalhando apenas dois servidores na CTL da FUNAI em Paraty, com múltiplas demandas.

Mesmo assim, a comunicação do órgão com as lideranças deveria se fazer mais presente, ainda que a distância. Apesar da autonomia das comunidades na solução de problemas, é preciso que a FUNAI se coloque mais acessível para resolver as questões que não conseguem resolver.

Outrossim, deveria prestar auxílio no recebimento de benefícios e esclarecimentos periódicos sobre as medidas de prevenção e enfrentamento, bem como oferecer ajuda, quando possível, na higienização das cestas básicas recebidas por apoiadores e parceiros por parte dos órgãos públicos.

A FUNAI deveria ainda apresentar uma previsão na entrega de cestas básicas e *kits* de proteção e material de higiene. Até o momento não foram entregues esses materiais em nenhuma aldeia Guarani do Estado pela FUNAI. Além disso, a entrega de sementes, no âmbito de projeto agrícola, é uma ação importante do órgão para a segurança alimentar dos indígenas e deve ser continuada.

À FUNAI cabe também informar e orientar a respeito da medida governamental de isenção do pagamento de conta de luz para população de baixa renda durante a pandemia, a partir de 01 de abril, cf. notícia publicada em seu *site* em 28 de abril de 2020<sup>16</sup>.

A partir de demanda do Cacique Felix (relatada nos itens VI e VIII), a FUNAI também deve buscar a Prefeitura de Maricá para encontrar um local mais apropriado para a comunidade do Cacique, visto ser arriscada a permanência no local onde se encontram hoje.

**f) Estão sendo implementadas as medidas do Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas na área do DSEI mais próximo de sua área de lotação? Em especial, a permanência nas CASAI de apenas os casos absolutamente necessários, tem-se verificado a efetivação desta medida? Caso estejam sendo implementadas tais medidas, como as mesmas têm sido recebidas pelos respectivos povos indígenas?**

Sim, estão sendo implementadas as medidas pela equipe de saúde atuante no Polo Base de Saúde Indígena de Angra dos Reis nas aldeias de Angra dos Reis e Paraty.

As deficiências na aplicação dessas medidas e as ações prioritárias necessárias nas áreas de saúde e saneamento indígenas nas aldeias do Estado do Rio de Janeiro são apontadas no quadro explicativo constante no item VIII deste laudo.

Os indígenas estão conscientes da necessidade do isolamento para prevenção e têm acolhido essas medidas, em diálogo com as equipes de saúde.

<sup>16</sup> <http://funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/6060-indigenas-e-quilombolas-terao-desconto-integral-nas-contas-de-energia>

O Polo Base afirma que há capacidade da equipe para realização dos testes e remoção para os hospitais de referência no tratamento de coronavírus em Angra dos Reis e Paraty, em caso de necessidade.

Em relação à CASAI no Rio de Janeiro, situada na Ilha do Governador, local onde poderia acontecer o isolamento, há um problema crônico que ocorre há cerca de vinte anos: a recusa de sua dirigente – que era servidora da FUNAI - em aceitar a competência da SESAI para tratar da saúde indígena. Assim, continua morando no local com o filho, vivendo de doações, recebendo indígenas de outros Estados e contando com ajuda de médicos e vizinhos para tratamento dos que ali se encontram, sem conexão com o subsistema de saúde indígena instituído em 1999 pelo Ministério da Saúde. Como é idosa e dedicou a vida à causa indígena, tendo a própria construído a CASAI/RJ, a situação é delicada.

A CASAI/RJ foi objeto de várias denúncias de irregularidades recebidas no MPF desde 1999. Foi também objeto de ação civil pública (ACP 0046957-70.4.02.5101/ ICP – 1.30.012.000491/2003-16), arquivada.

A continuidade dessa situação subtrai do subsistema de saúde indígena a possibilidade dessa instituição se tornar um possível local para tratamento, agora ou depois da pandemia. Alguma solução há de ser tomada para que passe a fazer parte do subsistema de saúde indígena. Nesse caso, serão necessárias contratações e demais adequações do local às normativas das CASAIs no país. Este pode ser o momento oportuno para o encaminhamento dessas mudanças.

## **10. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O laudo apresenta um panorama da situação da saúde indígena no Estado do Rio de Janeiro no enfrentamento à Covid-19, sob o ponto de vista do povo Guarani – etnia majoritária no Estado.

Os entrevistados trazem questões que se arrastam há anos, sem solução, a respeito da precariedade do atendimento à saúde e saneamento e que, neste momento da pandemia, revelam o seu lado mais dramático, demandando medidas emergenciais urgentes,

que venham a ter continuidade após a pandemia.

Essas questões foram sistematizadas no quadro explicativo constante no item VIII, divididas por atuação de competência da Procuradoria da República na Capital e nos Municípios de Angra dos Reis e Niterói, a fim de facilitar as providências ulteriores.

Isto posto, sugerimos o encaminhamento deste documento às respectivas sedes da Procuradoria da República nessas localidades para a adoção das medidas cabíveis.

Outrossim, considerando a evolução da pandemia no Brasil, entendemos como pertinente a continuidade do acompanhamento pericial, tendo em vista que as ações devem se adequar a cada etapa de enfrentamento da pandemia.

## **FONTES DE CONSULTA**

### **Bibliografia**

CARDOSO, Andrey Moreira Cardoso. Doença respiratória aguda em indígenas Guarani no Sul e Sudeste do Brasil. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro/RJ, 2010.

LADEIRA, Maria Inês. Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Maringá/PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_.& AZANHA, Gilberto. Os Índios da Serra do Mar: a presença Mbyá- Guarani em São Paulo. São Paulo: CTI, Nova Stella, 1988.

\_\_\_\_\_. [www.isa.org.br](http://www.isa.org.br) Enciclopédia ISA, Verbete: Guarani mbya

PISSOLATO, Elizabeth. A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (Guarani). São Paulo: Unesp Editora: Pronex: Nuti/ ISA, 2007.

### **Documentos**

Ação Civil Pública 0046957-70.4.02.5101. Assunto: Reestruturação da CASAI/RJ.

Inquérito Civil Público 1.30.012.000491/2003-16. Ementa: PRRJ- Rio de Janeiro/RJ –



Tratamento – Casa do Índio – Ilha do Governador – Atendimento aos internos – Condições Precárias – Possíveis irregularidades.

Inquérito Civil Público 1.30.012.000623/2001-48. Ementa: Condições saneamento básico em comunidades indígenas do Rio de Janeiro

Inquérito Civil Público 08120.001.026/97-16. Ementa: Condições de saúde em comunidades indígenas do Rio de Janeiro

Laudo Técnico 820/2020 – Autos 1.00.000.006766/2020-02. Assunto: Ações relacionadas à saúde indígena no contexto da COVID-19 em Terras Indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul. Responsável: Marcos Homero Ferreira Lima. Guia 754/2020 (Etiqueta PGR-00151301/2020).

Notícia de Fato nº 1.30.014.000203/2019-71. Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas condições de infraestrutura dos postos de saúde das aldeias indígenas, situadas nos municípios de Angra dos Reis-RJ e Paraty-RJ.

Parecer Técnico 01/2015 – Autos 1.30.012.000623/2001-48. Assunto: Condições de saneamento básico em comunidades indígenas do Rio de Janeiro. Responsáveis: Sheila Telles Meyer (Perita em Engenharia Sanitária) e Maria Betânia Pereira Gomes Guerra Duarte (Perita em Antropologia). Rio de Janeiro/RJ, junho de 2015.

Parecer Técnico/2017 – SEAP – Autos 08120.001.026/97-16. Assunto: Análise das condições de infraestrutura dos postos de saúde da aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, RJ. Responsáveis: Débora Magalhães Valença (Perita em Arquitetura) e Maria Betânia Pereira Gomes Guerra Duarte (Perita em Antropologia). Guia SEAP/PGR/001570/2017 (Etiqueta Único PR-RJ-00028555/2017). Rio de Janeiro/RJ, maio de 2017.

Parecer Técnico 532 /2020 - Autos 1.34.001.002557/2020-93. Assunto: Ações relacionadas à saúde indígena no contexto da COVID-19 na Terra Indígena Guarani Tenondé, localizada em São Paulo. Responsáveis: Deborah Stucchi e Francisco Carlos Oliveira Reis. Guia 714/2020 (Etiqueta Único PGR-001.39351/2020). São Paulo/SP, abril de 2020.

Parecer Técnico 515 /2020 - Autos 1.34.001.002557/2020-93. Assunto: Ações relacionadas à

saúde indígena no contexto da COVID-19 na Terra Indígena Guarani Jaraguá, localizada em São Paulo. Responsáveis: Deborah Stucchi e Francisco Carlos Oliveira Reis. Guia 662/2020 (Etiqueta Único PGR-00134389/2020). São Paulo/SP, abril de 2020.

Nota conjunta ABRASCO e ABA: “A Covid-19 e os povos indígenas: desafios e medidas para controle do seu avanço”. Publicada no *site* da ABRASCO em 21 de março de 2020.

Nota Técnica da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro para a Proteção e Cuidado em Saúde nas Aldeias Indígenas em razão da Situação de Emergência da Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19). Publicada do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no. 55, parte I, p. 20, em 24 de março de 2020.

Protocolo de Consulta Prévio da *Tekoa Itaxĩ Mirim Guarani Mbya*. Organizado pela ACIGUA - Paraty/RJ, 2018.

Recomendação MPF /SP N.º 17/2020 .

Recomendação 6CCR/MPF nº 11/2020-MPF. Assunto: Ações emergenciais de proteção à saúde dos povos indígenas durante a pandemia do COVID-19.